



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**



CLÁUDIO SILVA DE JESUS

**A BIBLIOTECA PÚBLICA NA BAHIA:
registrando uma história**

**Salvador
2023**

CLÁUDIO SILVA DE JESUS

A BIBLIOTECA PÚBLICA NA BAHIA:
registrando uma história

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ivana Aparecida Borges Lins

Salvador
2023

S237

Jesus, Cláudio Silva de.

A Biblioteca Pública na Bahia: registrando uma história / Cláudio Silva de Jesus. – Salvador, 2023.

75 f.: il. color.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ivana Aparecida Borges Lins.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.
Instituto de Ciência da Informação. 2023.

1. Biblioteca pública. 2. Políticas Públicas. 3. Bahia. I. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação II. Título.

CDU - 027.022

CDD - 027.4

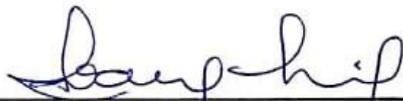
CLÁUDIO SILVA DE JESUS

A BIBLIOTECA PÚBLICA NA BAHIA: REGISTRANDO UMA HISTÓRIA

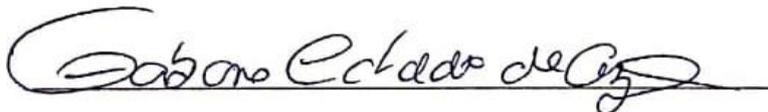
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção de grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 05/04/2023

Banca Examinadora



Prof.ª Dra. Ivana Aparecida Borges Lins - Orientadora – UFBA



Prof. Dr. Fabiano Cataldo Azevedo - Membro Externo Titular – UFBA



Prof.ª Dra. Hildenise Ferreira Novo - Membro Interno Titular – UFBA

*À minha esposa Taciana e ao meu filho
William, por acreditarem e caminharem
juntos comigo nesta jornada.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me escolhido para vivenciar tão grandes lutas e colocar em mim as marcas do milagre da vida, concedendo-me saúde e amigos para enfrentar os obstáculos e conquistar meus sonhos, um deles, o desempenho desta investigação científica.

Ao Excelentíssimo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, por toda luta e sensibilidade para o desenvolvimento de políticas públicas em prol das Universidade Públicas do Brasil.

À minha esposa Taciana e ao meu filho William. Sou eternamente grato a vocês por tudo que consegui conquistar e pela felicidade que tenho, vocês são o segredo do meu sucesso.

À minha orientadora Ivana Lins, Professora, amiga, confidente, pessoa especial que a todo momento me incentivou e acreditou em mim. Minha eterna gratidão por estar ao meu lado durante essa árdua, mas vitoriosa, jornada.

Aos meus familiares e amigos, que direta ou indiretamente contribuíram com a minha jornada.

A todos os profissionais bibliotecários cujos nomes desconheço, cujo trabalho anônimo permitiu que eu encontrasse as informações de que precisava para desempenhar esta investigação científica.

Aos colegas e amigos de Madre de Deus, do PPGCI/UFBA, da FPC, do CRB-5 e do CFB, companheiros e confidentes das alegrias e desventuras de ser, ao mesmo tempo, bibliotecário, Presidente do CRB-5 e mestrando.

Agradecimento especial aos professores da banca de qualificação, Hildenise Ferreira Novo, Fabiano Cataldo de Azevedo, Carolina de Souza Santana e José Carlos Sales dos Santos pelo apontamento de outras possibilidades e consequente impulso para a definição da pesquisa.

RESUMO

O presente estudo registra a história da criação das Bibliotecas Públicas de cada um dos 417 municípios do estado da Bahia. Levando em consideração o ano de criação e a legislação que autorizou o seu funcionamento, a pesquisa se desenvolve levantando dados que contribuem para identificar as políticas públicas existentes no Brasil voltadas para a criação de bibliotecas públicas municipais. Foi elaborada uma linha do tempo e o mapeamento do ano de criação de cada biblioteca pública municipal criada na Bahia, além de resgatar as legislações que criam essas bibliotecas. Considerou-se necessária a investigação sobre a temática, uma vez que as bibliotecas públicas têm papel fundamental na formação da sociedade baiana e brasileira e os dados analisados contribuíram para conhecer o arcabouço histórico e político das bibliotecas públicas do estado baiano. Os procedimentos metodológicos adotados para o levantamento de dados se estabeleceram a partir de pesquisa bibliográfica e documental, que levaram em consideração os conteúdos publicados em livros e artigos de periódicos científicos, disponíveis em formato digital e impresso, que versam fundamentalmente sobre BP. Foram consultados documentos que revelam informações sobre data e legislação da criação de BP nos municípios baianos, consultando-se fontes primárias e secundárias. Sendo que as fontes primárias foram examinadas de forma presencial no Arquivo da Fundação Pedro Calmon (FPC), na Biblioteca da Assembleia Legislativa da Bahia, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e no Setor de Periódicos da Biblioteca Pública da Bahia, e de forma remota no Arquivo da Fundação Biblioteca Nacional e no arquivo da Biblioteca Mário de Andrade. As pesquisas presenciais foram realizadas durante a pandemia da COVID-19, seguindo todos os protocolos de segurança recomendados pela OMS. Quanto às fontes secundárias, a consulta ocorreu por meio de acesso às informações disponibilizadas na internet, como os Anuários Estatísticos do Brasil, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Guia de Bibliotecas Públicas, publicado pelo Instituto Nacional do Livro (INL). Como resultados tem-se o histórico da criação das bibliotecas públicas municipais baianas com os documentos relativos às suas autorizações de funcionamento.

Palavras-chave: Biblioteca Pública - Bahia; Biblioteca Pública - Políticas Públicas. Bibliotecas Públicas Municipais – Bahia.

ABSTRACT

This study records the history of the creation of Public Libraries in each of the 417 municipalities in the state of Bahia. Taking into account the year of creation and the legislation that authorized its operation, the research is carried out by raising data that contribute to identifying the existing public policies in Brazil aimed at the creation of municipal public libraries. A timeline and mapping of the year of creation of each municipal public library created in Bahia was elaborated, in addition to rescuing the legislation that created these libraries. Research on the subject was considered necessary, since public libraries play a fundamental role in the formation of Bahian and Brazilian society and the analyzed data contributed to understanding the historical and political framework of public libraries in the state of Bahia. The methodological procedures adopted for data collection were based on bibliographical and documental research, which took into account the contents published in books and articles from scientific journals, available in digital and printed format, which fundamentally deal with BP. Documents were consulted that reveal information about the date and legislation of the creation of BP in Bahian municipalities, consulting primary and secondary sources. Since the primary sources were examined in person at the Archive of the Pedro Calmon Foundation (FPC), at the Library of the Legislative Assembly of Bahia, at the Geographical and Historical Institute of Bahia and at the Periodicals Sector of the Public Library of Bahia, and remotely in the Archive of the National Library Foundation and in the archive of the Mário de Andrade Library. In-person surveys were conducted during the COVID-19 pandemic, following all WHO-recommended safety protocols. As for secondary sources, the consultation took place through access to information available on the internet, such as the Statistical Yearbooks of Brazil, published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Public Libraries Guide, published by the National Book Institute (INL). As a result, we have the history of the creation of public libraries in Bahia with the documents related to their operating permits.

Keywords: Public Library - Bahia; Public Library - Public Policies. Municipal Public Libraries - Bahia.

LISTA DE FIGURAS

	f.
FIGURA 1 Linha do tempo da fundação das BP Estaduais no Brasil no Século XIX.	28
FIGURA 2 Linha do tempo das primeiras BP criadas pelos municípios baianos	29
FIGURA 3 Prédio da Biblioteca Municipal de Feira de Santana em 1919	30
FIGURA 4 Bibliotecas Públicas Municipais Baianas Existentes entre o ano de 1811 até o ano de 1912 na Bahia	31
FIGURA 5 Lei de Criação da BP do município de Santo Amaro	32
FIGURA 6 Lei de criação da BP do município de Catu	33
FIGURA 7 Evolução das políticas públicas para BP no Brasil	50

LISTA DE QUADROS

	f.
QUADRO 1 Fundamentação Teórica	16
QUADRO 2 Estrutura da Dissertação	17
QUADRO 3 Principais características das políticas públicas para BP no Brasil	51

LISTA DE GRÁFICOS

	f.
GRÁFICO 1 Percentuais da população brasileira alfabetizada e não alfabetizada em 1872	24
GRÁFICO 2 Número de analfabetos funcionais e taxa de analfabetismo funcional na faixa etária de 15 anos ou mais – Brasil	25
GRÁFICO 3 Quantitativo de BP criadas por municípios baianos, por Século	52
GRÁFICO 4 Linha do tempo do quantitativo de BP criadas por Década	53
GRÁFICO 5 Quantitativo de BP que possuem Lei de criação	63

LISTA DE TABELAS

f.

TABELA 1	Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2000	25
TABELA 2	Cronologia da criação das Bibliotecas Públicas dos 417 municípios baianos e suas respectivas legislações que autorizaram o seu funcionamento	38
TABELA 3	Mapeamento do ano de criação de cada BP municipal da Bahia	54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BP	Biblioteca Pública
BPB	Biblioteca Pública da Bahia
DIBIP	Diretoria de Bibliotecas Públicas
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICI	Instituto de Ciência da Informação
IFLA	International Federation of Library Associations
INL	Instituto Nacional do Livro
MINC	Ministério da Cultura
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PROLER	Programa Nacional e Incentivo à Leitura
SEBP	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia
SEBP-BA	Sistema Estadual de Biblioteca Pública – Bahia
SIBI	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial de Saúde

SUMÁRIO

	f.
1 INTRODUÇÃO	13
2 BIBLIOTECA PÚBLICA: REVISITANDO CONCEITOS E FUNÇÕES	18
3 HISTÓRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA NA BAHIA	24
4 PERCURSO METODOLÓGICO	35
5 ACHADOS DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	65
ANEXOS	67

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca Pública justifica a sua existência e reconhecimento social por ser uma instituição voltada ao cumprimento de funções relacionadas ao desenvolvimento humano e representação da ordem de uma sociedade moderna. No âmbito dos seus mais variados papéis, um dos mais importantes é a contribuição para o acesso aos conteúdos informacionais reconhecidamente estruturados nos moldes das orientações da Biblioteconomia, ou seja: produtos selecionados, organizados e disseminados para atender às pessoas, segundo suas necessidades.

Considerando os pressupostos teóricos da Biblioteconomia e seus padrões fundamentais voltados para o bom funcionamento de uma biblioteca, seja ela qual for (escolar, universitária, especializada, pública ou nacional), há de se observar e reconhecer a existência de processos complexos de organização e gestão, de modo que a biblioteca venha a oferecer as respostas advindas da comunidade próxima ou não, no formato presencial ou remoto, desde que sejam saciados os desejos informacionais dessas pessoas.

A Biblioteca Pública que de acordo com a IFLA/UNESCO (2022) é a “porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais”, sendo essencial para a educação, a cultura e a informação de qualquer país.

Considerada a mais democrática entre todos os tipos de bibliotecas, a Biblioteca Pública é um importante equipamento cultural onde o exercício da cidadania é ou pelo menos deve ser efetivado, por meio da democratização do acesso à informação, que visa atender, sem distinção, a qualquer pessoa independente de sua classe social, sexo, orientação sexual ou religião; seja por meio da promoção de atividades de incentivo à leitura e/ou formação de leitores críticos. Suas ações baseiam-se na valorização da competência informacional dos seus usuários e contribuem para o empoderamento coletivo.

Embora a primeira biblioteca pública brasileira, tenha surgido ainda no período do Império, no século XIX, a história dessas bibliotecas espalhadas pelo país está carregada de boas iniciativas e muitas frustrações; questões que, em boa medida, serão discutidas neste estudo que percebe a necessidade de desvendar os processos históricos de criação dessas bibliotecas no território nacional. O foco principal da pesquisa é o estado da Bahia

e seus 417 municípios. Trata-se de um resgate histórico das BP que requer a compreensão e o destaque das políticas públicas que as alcançam, observando os períodos que certamente associam-se o desenvolvimento histórico e político do país.

Considerou-se necessária a investigação sobre a temática, uma vez que as bibliotecas públicas têm papel fundamental na formação da sociedade baiana e brasileira, pois consoante a Suaiden (1979) o livre acesso ao conhecimento registrado é pré-requisito para a formação de comunidades autoconscientes, integradas na cultura de sua nação. Desta forma, para desenvolver o estudo, foram levantados dados que contribuíram para conhecer o arcabouço histórico e político das bibliotecas públicas do estado da Bahia, na medida em que desenvolvem a função de equipamento público de acolhimento, mediação, diálogo e articulação das diversas manifestações artísticas e culturais.

Nesse sentido, a **motivação** para a escolha do tema desta dissertação de mestrado surge das inquietações e experiência do pesquisador, enquanto Bibliotecário da Biblioteca Municipal de Madre de Deus, presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia – CRB-5 (2018-2021) e discente do Curso de Mestrado do PPGCI/UFBA.

A experiência profissional no município de Madre de Deus foi iniciada no ano de 2012 com a posse no cargo efetivo de Bibliotecário. Logo no início pôde-se perceber a falta de fluxo de usuários na Biblioteca, já que a comunidade não frequentava aquele que era o único equipamento cultural público ativo na cidade e a Prefeitura não dispunha de orçamento para a realização de nenhum tipo de atividade de dinamização daquele espaço.

Desta forma, foi adotada, pelo Bibliotecário, uma postura de escrever projetos culturais a fim de captar recursos, através de editais públicos de incentivo à cultura, para financiar ações voltadas para a requalificação da Biblioteca Pública de Madre de Deus. Esta simples atitude colheu e vem colhendo até a data de hoje importantes resultados, principalmente no que tange à sensação de pertencimento e apropriação do espaço da Biblioteca pela comunidade local.

Mas, é importante conhecer como as bibliotecas foram criadas e se espalharam pelo território baiano; saber em que ano e de que modo se mantiveram abertas, ou mesmo porque tiveram suas portas fechadas. Busca-se levantar os marcos regulatórios e/ou as políticas públicas que motivaram as prefeituras a criarem tais equipamentos culturais de modo a se elaborar uma linha do tempo e um mapa dessas bibliotecas baianas.

Assim, diante destes questionamentos surge o **problema** desta pesquisa, que é *conhecer como foram criadas as Bibliotecas Públicas dos municípios baianos, uma vez*

que o resgate histórico de questões que envolvem as bibliotecas contribui para caracterizar o modelo das bibliotecas que foram implantadas, ao longo dos anos.

Para isso foi estabelecido como **objetivo geral** levantar como foram criadas as Bibliotecas Públicas baianas, levando em consideração o ano de criação e a legislação que autorizou o seu funcionamento.

Os **objetivos específicos** são:

- Identificar os marcos regulatórios e/ou as políticas públicas existentes no Brasil voltadas para a criação de bibliotecas públicas municipais;
- Elaborar uma linha do tempo das bibliotecas públicas baianas;
- Mapear o ano de criação de cada biblioteca pública municipal criada na Bahia;
- Resgatar a legislação que criou as bibliotecas públicas municipais baianas;

Ao apresentar a **justificativa** da escolha do tema para o desenvolvimento do estudo que se debruçou no processo histórico de criação das bibliotecas públicas municipais do estado da Bahia, levantando as políticas públicas relacionadas a essas fundações é importante saber que se trata de uma pesquisa essencial para a Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois estudos que conduzam para o aprofundamento de questões históricas que permeiam a instituição Biblioteca Pública, no sentido de encontrar explicações para a sua conjuntura atual são relevantes e necessários para o avanço da Biblioteconomia e Ciência da Informação é procedente que se desenvolvam estudos históricos que tragam à luz os diferentes papéis da instituição Biblioteca frente a agenda política, cultural e social conforme o passar dos anos.

No que se refere a abordagem do estudo, tem-se aqui uma Pesquisa Qualitativa, visto que:

[...] os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p.31).

Para o desenvolvimento do trabalho, metodologicamente instituído, tem-se que a pesquisa se configura como sendo de *natureza aplicada*, pois a finalidade do estudo e a contribuição que ela trará para o campo científico “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem”. Gil (2019). Ao se deparar com o problema de conhecer como foram criadas as Bibliotecas Públicas dos municípios baianos, por meio do resgate histórico de questões que envolvem as bibliotecas públicas baianas, o estudo buscou

elucidar uma questão específica de interesse local, o que reforça a natureza da pesquisa como aplicada.

Com relação aos objetivos traçados, tem-se uma Pesquisa Documental, que utilizou de fontes primárias, em sua grande maioria que se encontram no arquivo da Fundação Pedro Calmon (FPC), ou seja, o estudo valeu-se de documentos que não receberam ainda um tratamento analítico. Utilizou também fontes secundárias colhidas no Anuário Estatístico do Brasil e Guia de Bibliotecas Públicas Brasileiras do INL.

A estratégia de investigação da pesquisa, deve seguir regras e padrões específicos para que os resultados se aproximem do que foi traçado no **objetivo geral** que neste estudo se preocupou em: *levantar como foram criadas as Bibliotecas Públicas baianas, levando em consideração o ano de criação e a legislação que autorizou o seu funcionamento*, sendo assim o método de abordagem para a construção das análises foi o indutivo, pois:

Nesse método, parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer. A seguir, procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procede-se à generalização, com base, na relação verificada entre os fatos ou fenômeno. (GIL, 2009, p.11)

Ao considerar que o levantamento bibliográfico é um componente fundamental para o desenvolvimento de qualquer estudo acadêmico e científico, visto que, por meio da seleção de autores e textos, delineiam-se as abordagens teóricas e aprofundam-se os conhecimentos sobre determinado tema. Assim sendo, a seguir, no Quadro 1, apresentam-se as áreas temáticas abordadas e os autores selecionados para a fundamentação teórica da pesquisa.

Quadro 1 – Fundamentação Teórica

Área Temática	Autores
Conceito de Biblioteca Pública	Antônio Miranda (1978)
	CFB
	Danielle Aquiles (2008)
	IFLA (2013)
	Ivana Lins (2016)
	Luiz Milanesi (2002)
	Oswaldo de Almeida Júnior (2003)
	Suaiden (1995)
	UNESCO 1994

História da Biblioteca Pública na Bahia	Fabiano Cataldo de Azevedo (2021)
	Hildenise Novo (2021)
	Ivana Lins (2016)
	Luiz Milanesi (1983)
	Soares (2011)
	Suaiden (1979)
Levantamento Bibliográfico	Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912)
	Guia das Bibliotecas Brasileiras (1976)

Fonte: A Pesquisa

Este trabalho está estruturado em seções, assim organizados:

Quadro 2 – Estrutura da Dissertação:

Seção	Conteúdos abordados
1 INTRODUÇÃO	Apresenta o problema, o objetivo geral, os objetivos específicos, justificativa e motivação para a escolha do tema.
2 BIBLIOTECA PÚBLICA: REVISITANDO CONCEITOS E FUNÇÕES	Nesta Seção são trazidos conceitos e funções da Biblioteca Pública sob o ponto de vista de autores consagrados da área.
3 HISTÓRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA NA BAHIA	Registra a história da fundação das primeiras Bibliotecas Públicas dos municípios do estado da Bahia.
4 PERCURSO METODOLÓGICO	Apresentação das técnicas de pesquisa e métodos utilizado para a realização do estudo, demonstrando os passos percorridos para alcançar os resultados.
5 ACHADOS DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	Exposição dos dados da pesquisa acompanhados da exposição dos resultados obtidos durante a realização do estudo.
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	Considerações do autor após análise dos resultados.
REFERÊNCIAS	Fontes utilizadas para a realização da pesquisa.
ANEXOS	Documentos consultados durante a pesquisa.

Fonte: A Pesquisa

A fim de iniciar a abordagem que a pesquisa propôs, a seguir sob o título de “Biblioteca Pública: revisando conceitos”, tem-se a base temática o desenvolvimento de uma narrativa histórica das bibliotecas públicas instaladas em território baiano.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA: REVISITANDO CONCEITOS E FUNÇÕES

Antes da abordagem do conceito de Biblioteca Pública, é necessário compreender o sentido de algumas definições de Biblioteca que vem sendo construídas ao longo da história humana. A origem do significado estrito da palavra “Biblioteca” vem do termo grego *bibliotheca*, sendo a junção de *biblion* (livro) e *theca* (caixa ou depósito), local onde se armazenavam rolos de papiro e pergaminho. Porém, com o passar dos tempos emergiram outras definições e a biblioteca teve seu conceito ampliado, não se limitando apenas à ideia de lugares de armazenamento de materiais de informação.

Acompanhando a evolução da humanidade, a Biblioteca passou por diversas adaptações, principalmente, na forma de organização e recuperação da informação, sempre buscando servir como memória concreta da humanidade, livrando as gerações de um esquecimento do conhecimento produzido e registrado em diversos formatos.

Nesse sentido, a história das bibliotecas e a evolução dos conceitos pertinentes a forma como tais equipamentos socioculturais se desenvolveram, apontam para a sua função social, seu caráter custodial que preserva a memória e a identidade humana, sendo elemento de significativa importância para que as pessoas compreendam e assumam posturas capazes de interferir no processo civilizatório.

Desde Alexandria até os tempos hodiernos, a história tem nos ensinado sobre o papel fundamental que as bibliotecas e os livros representam para a preservação da memória social. Como bem afirma Milanesi (2002, p.10-11) “havendo registros, haverá uma biblioteca, porque os homens precisam repartir o pensamento criado, disseminando-o para garantir a posse do conhecimento”. Assim, o suporte em que a informação está registrada evolui de acordo com as tecnologias disponíveis de cada momento: da argila, papiro, pergaminho, papel, até o texto virtual, a biblioteca demonstrou ser capaz de reunir conteúdos para a disponibilização de quem tenha interesse.

Se desaparecessem todos os acervos reais ou virtuais os homens não teriam como transferir para a geração subsequente tudo o que as gerações anteriores acumularam. Por isso, a biblioteca, real ou virtual, enquanto concentração de esforços de ordenamento da produção intelectual do homem, permanece como fator essencial do desenvolvimento. E nunca acabará. (MILANESI, 2002, p.11).

Apesar de frequentemente as bibliotecas serem alvo de previsões pessimistas com relação ao seu futuro e sobrevivência, é possível afirmar que a sua extinção não ocorrerá, pelo menos não tão cedo. As bibliotecas, independente da sua tipologia (pública,

universitária, nacional, especializada ou escolar) enfrentam um desafio, se constituírem tanto em acervo, quanto em serviços, como estruturas híbridas. “O que se exige é um esforço de reconceptualização, uma reflexão sobre o modo como desempenha as suas funções face ao novo ambiente social, cultural e tecnológico.” (FURTADO, 1998, p. 2).

O que se pretende discutir nesta seção é sobre alguns formatos de biblioteca pública que foram registradas ao longo da história das bibliotecas, no sentido de se construir uma ideia contemporânea do que vem a ser este equipamento sociocultural, em nossa sociedade. Contudo, uma das dificuldades que identificamos para elaboração de uma narrativa linear desse conceito está na percepção de elas, as bibliotecas, raramente possuem histórias de criação semelhantes, ou seja, o processo de fundação de uma BP não é estático, ao contrário, possui uma dinâmica própria, atrelada ao contexto de sua criação. As bibliotecas públicas são montadas, desmontadas, doadas, dispersadas, redimensionadas, entre outras variáveis que envolvem e acompanham a sua existência.

[...] a dificuldade maior está exatamente em conceituar biblioteca pública. A diversidade de situação em que ela surge e as suas características são tão disparatas que o uso de um mesmo termo para identificar tantos casos é problemático (MILANESI, 1986, p. 95).

Segundo Miranda (1978, p. [1]), “a biblioteca é um fenômeno histórico em regime de mútua e permanente influência (interação) com o meio ambiente e toda instituição está umbilicalmente ligada àqueles que a organizam, a fazem viver”. Ainda de acordo com o autor, uma biblioteca é uma célula viva e única, ou seja, que cada uma é dotada de características próprias, nenhuma é igual a outra, cada uma possui singularidades específicas que as distingue.

Sendo assim, o surgimento das BP emerge da vontade da comunidade local e carrega em si características sociais da localidade onde está inserida, sendo parte intrínseca desta comunidade. Esse também é o entendimento de Nogueira (1983, p. 206) que ainda destaca o perigo de se criar bibliotecas por imposição, ou seja, apenas para cumprir requisitos burocráticos exigidos para firmar convênios e/ou captar recursos, sem consulta e participação da sociedade civil, já que isso pode levar a sociedade a considerá-las como um corpo estranho, e, como tal, rejeitá-las”.

Se a construção de uma biblioteca acontece em função da necessidade/tendência que advém de um grupo social, obviamente ela é originada e desenvolvida com as marcas desse grupo e, ao longo do tempo, vai se ajustando às necessidades/tendências individuais e coletivas do mesmo. Isso ocorre porque os indivíduos e grupos sociais tem uma pulsão de conhecimento ou, em outros termos, buscam informação para resolver diversas questões e problemas inerentes à

construção dos seus modos de vida. Isso nos faz supor que as bibliotecas dependem de condições políticas, econômicas e culturais promissoras, em um dado momento histórico, para que sejam assimiladas pela sociedade (AQUILES, 2008, p. 27).

As BP herdam as particularidades sociais da comunidade a qual pertence, possuindo cada uma a sua própria identidade sociocultural. De acordo com a IFLA (2013, p.13), elas “são um fenômeno mundial. Existem numa grande variedade de sociedades, com culturas diversas e em diferentes estágios de desenvolvimento”, embora distintas entre si e com perfis e funcionamentos próprios, as BP dependem de muitos fatores: dentre eles, o nível de leitura do público em que onde estão entremeadas, o orçamento que as esferas públicas destinam para a sua manutenção e a forma como tais organismos dialogam com a comunidade, ou seja, como Estado e a sociedade se articulam em prol da BP, que por sua vez irá contribuir para a formação cidadã da coletividade.

A biblioteca pública, segundo o Manifesto da Unesco (2022), é a porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.

Os serviços ali ofertados devem, em princípio, ser gratuitos e oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. De responsabilidade das autoridades locais e nacionais, as BP, devem ser objeto de uma legislação específica e financiadas pelos governos nacionais e locais. Porém, é importante pontuarmos que, de acordo com Martins (2001, p. 325), a junção do substantivo “biblioteca” associado ao adjetivo “pública” [...] não corresponde apenas ao desejo de identificá-la como organismo mantido pelo governo ou por entidades particulares, mas aberto a todos os interessados”.

Conforme Lins (2016, p.45), as bibliotecas por um longo período histórico da humanidade funcionaram promovendo o acesso aos livros de maneira seletiva. Após a mudança no modo como os livros eram produzidos, ou seja, quando deixaram de ser um processo artesanal e passaram para a produção em série, as bibliotecas aos poucos se tornaram mais acessíveis a outros públicos que não os nobres e religiosos. A autora acrescenta que o conceito de biblioteca pública nasce a partir do surgimento da ideia de publicização da leitura; primeiro na Inglaterra, em plena Revolução Industrial e, posteriormente, nos Estados Unidos, onde é concebido que o acesso aos livros é direito do cidadão e dever do Estado.

O destacado pesquisador brasileiro que investiga a temática “biblioteca pública”, o professor Emir Suaiden (1995, p.19-20), reforça a responsabilidade do Estado na manutenção das BP, uma vez que para o autor a biblioteca pública deve ser mantida pelo governo e ter por objetivo primordial a preservação e difusão do conhecimento, principalmente, no que se refere à cultura local, e dentre todos os tipos de bibliotecas, a BP, é a única que realmente possui características de uma instituição social, tanto pela amplitude de seu campo de ação como pela diversificação de seus usuários, sendo um centro permanente de educação.

Para Oliveira (1994, p.13) a BP é uma unidade de informação caracterizada por possuir público indistinto; atuar em espaço geográfico determinado; ser mantida por recursos públicos; e ser uma instituição de uso não compulsório. Almeida Júnior (2003, p.86), também traz algumas características da BP como a de ser mantida totalmente pelo Estado; com funções peculiares; e comprometida a atender toda a sociedade.

A preocupação com a lugar ocupado pelas BP na contemporaneidade está evidenciado no Manifesto da Biblioteca Pública IFLA/UNESCO (2022), sendo interessante destacar que:

As bibliotecas são geradoras de comunidade, buscando proativamente novos públicos e utilizando uma escuta eficaz para apoiar o desenvolvimento de serviços que atendam às necessidades locais e contribuam para a melhoria da qualidade de vida. O público confia na sua biblioteca, em troca o bibliotecário proativamente almeja manter sempre sua comunidade informada e conscientizada. (UNESCO, 2022)

Quando uma BP abre suas portas, leva consigo a responsabilidade de oferecer infraestrutura capaz de construir novos saberes e experiências, encargo que depende de investimento direto do poder público visando a sua manutenção *ad eternum*.

É necessário observar também como as BP espalhadas pelo país são tratadas pelo poder público, pois já está mais do que evidenciado o seu valor social de um importante equipamento sociocultural inscrito na agenda pública como um lugar democrático de acesso à informação, à cultura e ao lazer e que cabe ao Estado mantê-lo em boas condições de funcionamento para que ela, a biblioteca, possa atender às demandas culturais e informacionais dos seus usuários, principalmente porque a BP, em muitos casos, é o único equipamento cultural ativo em diversos municípios do País.

Porém, emerge uma significativa reflexão da professora Daniele Achilles que vem corroborar com questões que afligem o campo da biblioteconomia, quando a questão é observar na prática como se encontram as BP brasileiras.

As bibliotecas públicas brasileiras, em sua maioria, estão desconectadas do cotidiano e, mais profundamente, da realidade dos sujeitos sociais por vários motivos como, por exemplo, a enorme capilaridade geográfica federativa que marca diferenças culturais e sociais, mas também grandes diferenças econômicas e políticas que exercem impactos diretamente nos espaços públicos e nos equipamentos culturais. Essa desconexão com a realidade fomenta caminhos teórico-reflexivos sobre o “como” essas instituições podem metamorfosear o quadro de crise institucional em instituições atuantes. (SILVA, R.; ACHILLES, D.; SABBAG, D., 2022)

É evidente o descompasso existente no país entre o que é preconizado ser uma BP e o que de fato é encontrado com BP em funcionamento nas cidades brasileiras. Por exemplo, a resolução nº 243 de 2021 do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) em seu parágrafo único considera

“a biblioteca pública como o centro local de informação, de pesquisa e de leitura, mantida pelo poder público, na qual as pessoas têm a liberdade de acesso universal ao conhecimento e à produção cultural por meio dos bens informativos em todos os seus suportes e linguagens”.

A grande maioria das BP do país não recebem devida atenção das autoridades competentes para que possam proporcionar acesso democrático aos seus serviços e produtos. Nesse contexto, o estudo em tela busca retratar a realidade baiana, um “modelo” de observação histórica da criação das BP municipais baianas. O que mais se vê são relatos de BP em situações precárias, lutando para manter as portas abertas, abrigadas em prédios improvisados e funcionando com verbas escassas ou, na maioria dos casos, inexistentes, reduzindo de forma significativa a possibilidade de realização de projetos culturais voltados, principalmente, para a formação de leitores, incentivo à leitura e democratização do uso e acesso ao livro.

A análise realizada torna possível concluir que a situação geral das bibliotecas públicas no Brasil ainda é lamentavelmente crítica, particularmente com referência à área física ocupada, aos móveis e equipamentos, aos recursos humanos, sobretudo no que se refere aos bibliotecários, aos recursos financeiros, ao acervo, à organização das coleções e ao Serviço de Circulação. (SUAIDEN, 1980, p.24)

Assim, torna-se evidente a falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento não apenas das BP, mas para todo o setor da cultura brasileiras como bem observa Lins (2021, p.297).

Não só as BP se defrontam historicamente com a escassez de projetos, por parte do governo, visando ao atendimento de estruturas básicas para o acesso ao livro e à leitura, mas o campo da cultura, de modo geral, padece dessa precária participação do Estado na proposição e execução de políticas públicas (PP) para que os equipamentos culturais funcionem eficientemente no país.

Desta forma, muitas bibliotecas não resistem a tantas adversidades e não resistem às investidas das agendas de prefeitos, que priorizam ações populistas e não ações voltadas para a base da pirâmide social, sendo possível ver com certa frequência o fechamento de BP no interior dos estados. A partir desta análise, Lins (2016, p.29) afirma que “fechar uma biblioteca pública em localidades nas quais ela é o único equipamento cultural disponível, porque os cinemas, museus e teatros quase não são instalados fora dos grandes centros urbanos do país, deveria ser considerado um ato de improbidade administrativa, convertendo-se em punição ao poder público”.

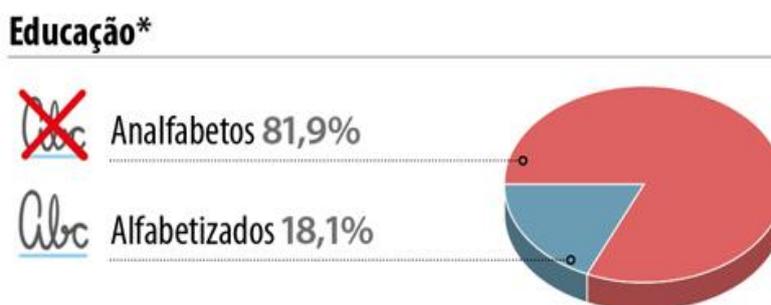
A revisão de conceitos e funções sobre a BP na contemporaneidade, conduz, inevitavelmente, ao lugar da história da Biblioteca Pública, desse modo busca-se aprofundar a visão que o estudo traduz sobre a BP na Bahia, consequentemente a história da BP local.

3 HISTÓRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA NA BAHIA

O estado da Bahia sediou a primeira capital do Brasil por XX anos, teve importante contribuição para a evolução de questões intelectuais e culturais que são reinventadas pelo seu povo. Nesta seção, a visita e construção do processo histórico das BP baianas vem centralizar o movimento da proposta apresentada no início da pesquisa, ou seja, explorar a história desses equipamentos socioculturais. Contudo, após a compreensão de dos conceitos e funções das BP, como visto na seção anterior, não se pode perder de vista o contexto educacional e cultural em que as BP se estabelecem pelo país e pelo estado da Bahia

É relevante lembrar que no Brasil, país que detém historicamente graves problemas de analfabetismo e analfabetismo funcional da sua população, a consignação de uma Biblioteca Pública que venha a contribuir para a construção de uma sociedade leitora, ainda não se estabeleceu como compromisso legítimo do Estado e o seu potencial voltado para o atendimento coletivo das necessidades informacionais é um caminho feito de políticas públicas descontinuadas e repleto de empecilhos.

Gráfico 1 - Percentuais da população brasileira alfabetizada e não alfabetizada em 1872



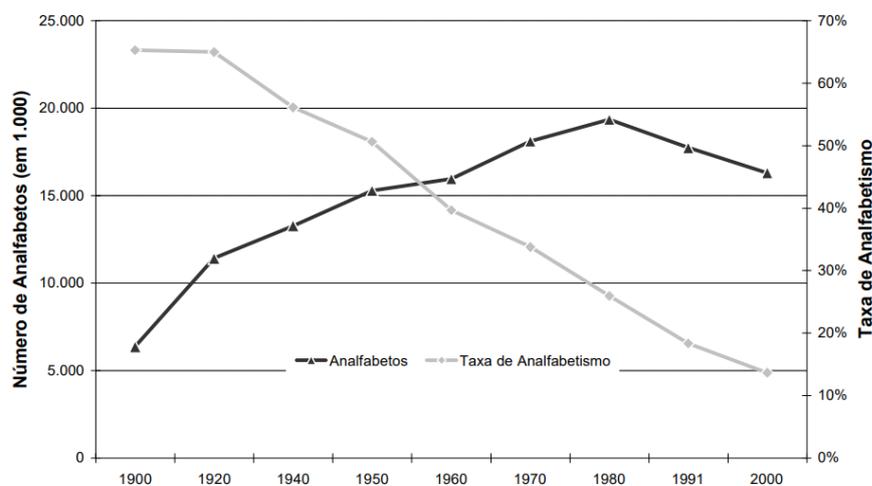
Fonte: IBGE, 1872

Tabela 1 - Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2000

Ano	População de 15 anos ou mais (em milhares)		
	Total ¹	Analfabeta ¹	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2000)

É possível verificar uma queda na taxa de analfabetismo ao decorrer dos anos, no entanto o conceito usado pelo IBGE nas suas estatísticas considera alfabetizada a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”, porém cada vez mais, no mundo, adota-se o conceito de analfabeto funcional, que incluiria todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas. Usando este segundo critério, mais adequado à realidade do mundo contemporâneo temos os seguintes dados apresentados no gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de analfabetos funcionais e taxa de analfabetismo funcional na faixa etária de 15 anos ou mais – Brasil – 1900/2000

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2000)

Este mesmo país que por anos mantém um olhar pouco favorável para o campo da Educação e da Cultura nacional criou a primeira Biblioteca Pública da América Latina (A Biblioteca Pública do Estado da Bahia), fundada em 1811.

A Bahia foi pioneira em diversos aspectos na história do Brasil. A cidade de Salvador, por exemplo, fundada em 29 de março de 1549, foi a primeira capital brasileira. Foi em terras baianas que se iniciou a educação formal brasileira, com a chegada dos jesuítas, também no ano de 1549. Ainda no estado baiano surge, 1808, a primeira instituição de ensino superior do país, a Faculdade de Medicina da Bahia. E é justamente neste lugar que, em 1811, se inicia a história da Biblioteca Pública no Brasil.

Certamente que antes desta data já existiam Bibliotecas no território brasileiro, porém, segundo Novo; Rodrigues (2021, p.195), no Brasil, as primeiras Bibliotecas não eram públicas, mas de ordens religiosas, como é o caso da Biblioteca Beneditina, criada na Bahia em 1582. Segundo Novo; Barreira (2021, p.7) uma Biblioteca Pública é constituída historicamente como equipamento cultural, por cumprir o papel de democratizar o acesso à informação, à educação e à cultura, e pelo seu caráter de um espaço de socialização. É importante ressaltar que, consoante Azevedo (2021, p. 215-216)

[...] nas primeiras décadas do século XIX a ideia de público estava ligada à concepção de algo que não pertencia a um indivíduo em específico ou ao rei, como no caso da Biblioteca Real que foi instalada em 1810, na cidade do Rio de Janeiro, e cujo acervo foi originário da Real Biblioteca de Portugal pertencente exclusivamente à família real

Como é observado por Lins (2016, p.123)

O acervo que compunha essa biblioteca foi trazido ao Brasil junto ao processo de mudança da família real para cá em 1808, motivada pela invasão de Portugal pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Esta biblioteca então Real torna-se uma Biblioteca Nacional do Brasil após publicação de decreto em 29 de outubro de 1810, sendo que na ocasião a biblioteca só atendia pesquisadores que fossem devidamente autorizados pelo príncipe regente.

Um fator importante a citar, é que a Real Biblioteca só passou de fato a pertencer ao Brasil após a assinatura do Tratado de Paz e Amizade realizado em 1825.

Após a Independência, a instituição teve parte de seu acervo desmembrado. Os manuscritos pertencentes ao Real Tesouro voltaram para Lisboa e o restante do acervo foi incluído nas cláusulas do Tratado de Paz e Amizade com Portugal, em 1825. Dentre os itens reclamados no tratado, que abordava o reconhecimento por parte de Portugal da independência brasileira, estava a biblioteca, que foi avaliada em

800:000\$000. O bibliotecário real, frei Joaquim Dâmaso, fez um parecer para subsidiar o preço cobrado, afirmando que a biblioteca possuía 80 mil volumes, com destaque às cartas dos jesuítas Anchieta e Nóbrega, aos papéis relativos à descoberta e colonização brasileira e a autógrafos do marquês de Pombal (SCHWARCZ, 2002, p. 393-395).

Em 13 de maio de 1811, é fundada a Biblioteca Pública da Bahia, a primeira Biblioteca de caráter público que se tem conhecimento tanto no território Brasileiro quanto no continente Latino Americano. Consoante Lins (2016, p.122) essa biblioteca foi concebida por um grupo de intelectuais baianos, liderados pelo coronel Pedro Gomes Ferrão Castelobranco que em 26 de abril de 1811 entrega em ato solene ao governador da Capitania da Bahia – D. Marcos de Noronha e Britto, o 8º Conde dos Arcos, um documento denominado *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na Cidade de S. Salvador – Bahia de Todos os Santos*, oferecido á aprovação do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde dos Arcos, Governador, e Capitão General desta Capitania. O documento entregue ao governador geral da capitania continha uma série de justificativas para sua criação, dentre elas a seguinte:

[...] Conhece nosso Augusto Soberano que o maior bem que póde fazer aos seus Vassallos, aquele que nunca se tem recebido das Mãos Benéficas do Príncipes Justos, e Virtuosos He facilitar-lhes, e promover todos os meios da públuca, e particular instrucção[...]. Padece o Brazil, e particularmente esta Capital a mais absoluta falta de meios para entrarmos em relação de idas com os Escritores da Europa, e para se nos patentearem os thesouros do saber espalhados nas suas obras, sem as quaes nem se poderã conservar as idéas adquiridas, e muito menos promovelas a beneficio da sociedade. (SOARES, et al, 2011, p. 17).

O *Plano* apresentado por Castelobranco ao Governador da Capitania foi aprovado através de comunicado de 30 de abril de 1811 e é considerado por Suaiden (2000, p.52) o primeiro projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro. Uma vez que os portugueses sempre foram rigorosos com a publicação e circulação de impressos. E desde 1536, qualquer impressão de livro passava, segundo Minalesi (1983, p.24), por três censuras: Santo Ofício e Ordinário (da Igreja Católica) e o Desembargo do Paço (poder Civil).

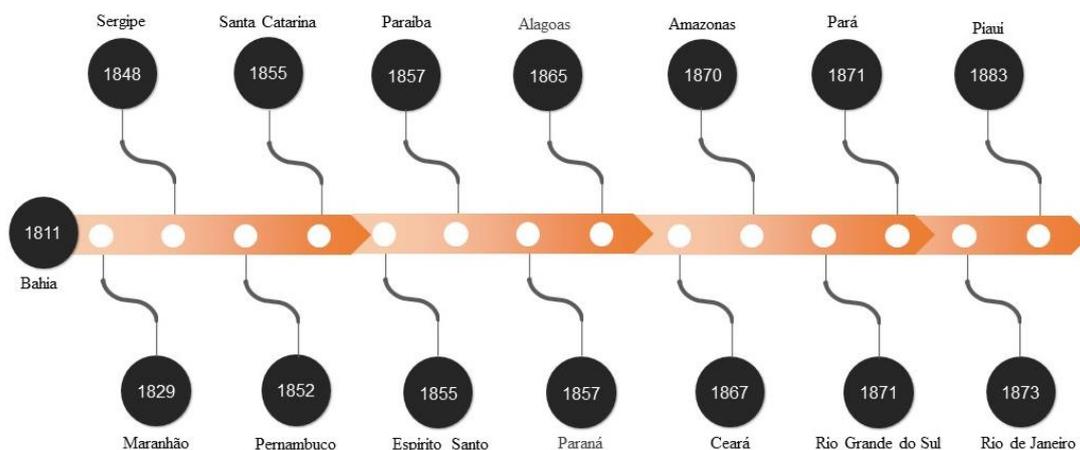
A data escolhida para a fundação da BPB foi uma forma de homenagear o quadragésimo quarto aniversário natalício do então príncipe regente D. João, a solenidade aconteceu no salão nobre dos despachos, denominado dossel, do palácio sede do Governo e residência oficial do governador, atual Palácio Rio Branco. Na ocasião, de acordo com Soares (2011, p.19), o padre Ignacio José de Macedo, pregador de Sua Majestade e

professor de Filosofia na Bahia, recita a Oração gratulatoria ao Príncipe Regente, destacando o papel das bibliotecas no mundo e ressaltando a contribuição do príncipe regente e do conde dos Arcos para a criação de huma Bibliotheca para a geral instrucção. A criação de um espaço público, reivindicado pela população baiana, voltado para preservação da produção intelectual e criativa da pessoa humana com acesso público a tais conteúdos a todos que desejarem, parece não agradar de forma unanime à elite baiana da época e algumas autoridades não compareceram à sessão solene de inauguração da BPB

[...] á inauguração de um estabelecimento de tão grande utilidade, para o desenvolvimento da instrucção publica, derramou-se uma nuvem de desagrado, quando vazios ficaram os logares destinados aos Desembargadores que propositalmente deixaram de comparecer a este acto de tanta magnitude (SOARES, 2011, p.19).

A BPB foi aberta ao público em 4 de agosto de 1811 no antigo Colégio dos Jesuítas e seu acervo inicial foi formado por volumes doados por Castelobranco; por seu primo, Alexandre Gomes Ferrão; pelo padre Francisco Agostinho Gomes e das duplicatas da Real Biblioteca. (MORAES, 1979, p. 146-147; SCHWARCZ, 2002, p. 281). A partir da criação da primeira biblioteca pública brasileira, foram criadas em outros Estados brasileiros outras bibliotecas com o mesmo caráter, conforme apresentado na Figura 1, todas por iniciativa governamental.

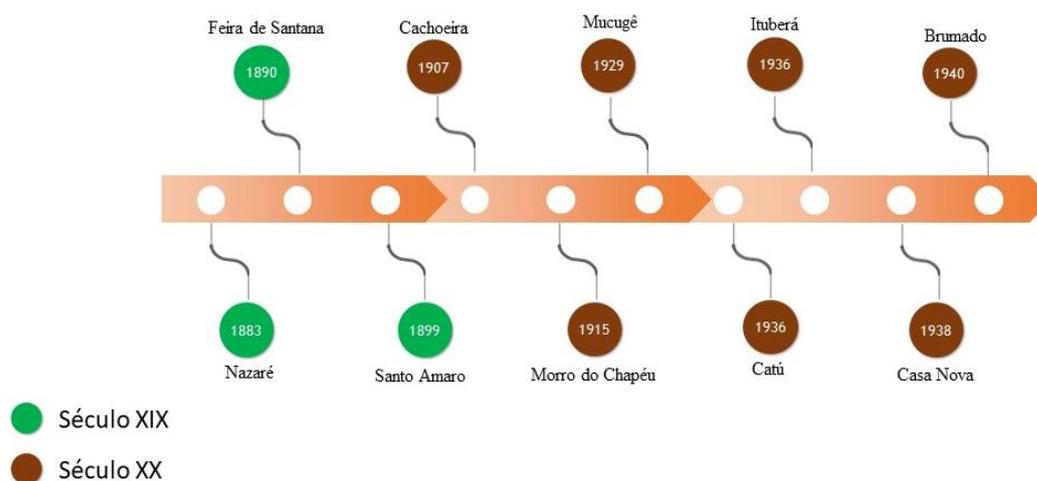
Figura 1 – Linha do tempo da fundação das Bibliotecas Públicas Estaduais no Brasil no Século XIX



Fonte: Dados da pesquisa (2023) baseada em Suaiden (1979)

De acordo com pesquisa realizada no Anuário Estatístico do Brasil, Ano 1 e no Arquivo da FPC, até a década de 30 do Século XX apenas os municípios baianos de Salvador, Nazaré, Feira de Santana, Santo Amaro, Cachoeira, Morro do Chapéu, Mucugê, Brumado, Casa Nova, Catu e Ituberá possuíam Biblioteca Pública instalada.

Figura 2 – Linha do tempo das primeiras BP criadas pelos municípios baianos



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Vale ressaltar que as criações destas Bibliotecas não partiram do poder público, consequentemente seu funcionamento iniciou-se sem uma Lei específica, já que surgem de iniciativas isoladas de pessoas da própria comunidade como é observado nos casos de Feira de Santana e Morro do Chapéu.

De acordo com Oliveira (2014, p.95) a Biblioteca Municipal de Feira de Santana foi instalada no dia 16 de janeiro de 1890 pelo Senhor Joaquim Sampaio, Intendente Municipal na ocasião, inspirado pelo Dr. Joaquim Remédios (presidente do Conselho Municipal). Foi o próprio intendente Sampaio que mandou comprar, às próprias custas, os livros na França e em Portugal. Símbolo de modernidade e civilidade a biblioteca foi inaugurada em ponto estratégico, no centro da cidade, num casarão situado à Praça João Pedreira, atualmente Avenida Getúlio Vargas, que no início do Século XX – juntamente com o prédio da prefeitura e da Escola Normal – formava um conjunto arquitetônico que orgulhava os moradores. No ano de 1939, na edição de nº 1574, o Jornal Folha do Norte informa a quantidade de leitores no mês de agosto daquele ano. Foram 1.450 leitores que consultaram Jornais, anuários, revistas, obras de Literatura Nacional, de Literatura Estrangeira, História Universal, História do Brasil, Geografia e Religião.

A quantidade de leitores e os temas da pesquisa nos levam a concluir que o público majoritário de frequentadores da biblioteca era formado por alunos, em especial, da Escola Normal e do Ginásio. Décadas depois a Biblioteca foi deslocada para um espaço mais amplo na Rua Geminiano Costa, também no centro da cidade. Através da Resolução da Câmara Municipal de Feira de Santana, publicada em 4 de dezembro de 1961, foi denominada a BIBLIOTECA MUNICIPAL ARNOLD FERREIRA DA SILVA, situada à rua Geminiano Costa.

O documento foi assinado na época pelo então presidente em exercício da Casa da Cidadania, Alberto Oliveira. O equipamento foi inaugurado em 26 de abril de 1966 pelo então prefeito Joselito Falcão Amorim.

Figura 3 - Prédio da Biblioteca Municipal de Feira de Santana em 1919.



Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1919

No município de Morro do Chapéu, território da Chapada Diamantina, o professor Antônio Gabriel de Oliveira fundou, em outubro de 1902, o Grêmio Literário da Vila de Morro do Chapéu, do que foi o primeiro presidente. Neste Grêmio, além da biblioteca, funcionava uma filarmônica e uma sala de jogos. O Coronel Francisco Dias Coelho, então Intendente Municipal, foi o grande interessado para que transformasse a biblioteca do Grêmio Literário em Biblioteca Pública Municipal, o que ocorreu em 11 de julho de 1915.

Na época a denominação era apenas Biblioteca Pública e só em 1942, na administração dos Senhores Teotônio José de Souza e Joel Modesto, é que passou a chamar-se Biblioteca Pública Municipal Carneiro Ribeiro. A primeira sede própria foi onde hoje funciona a Secretaria Municipal do Trabalho e Bem-Estar Social. A biblioteca passou por várias reformas, sendo a principal em 1988, quando passou a funcionar no Centro Cultural professora Judith Arlego.

Toda via é possível comprovar através de documentos históricos encontrados durante a realização desta pesquisa, que mesmo sem uma Legislação que autorizava o funcionamento, essas Bibliotecas pioneiras existiram e tinham um caráter público.

Figura 4 – Bibliotecas Públicas Municipais Baianas existentes entre o ano de 1811 até o ano de 1912 na Bahia¹

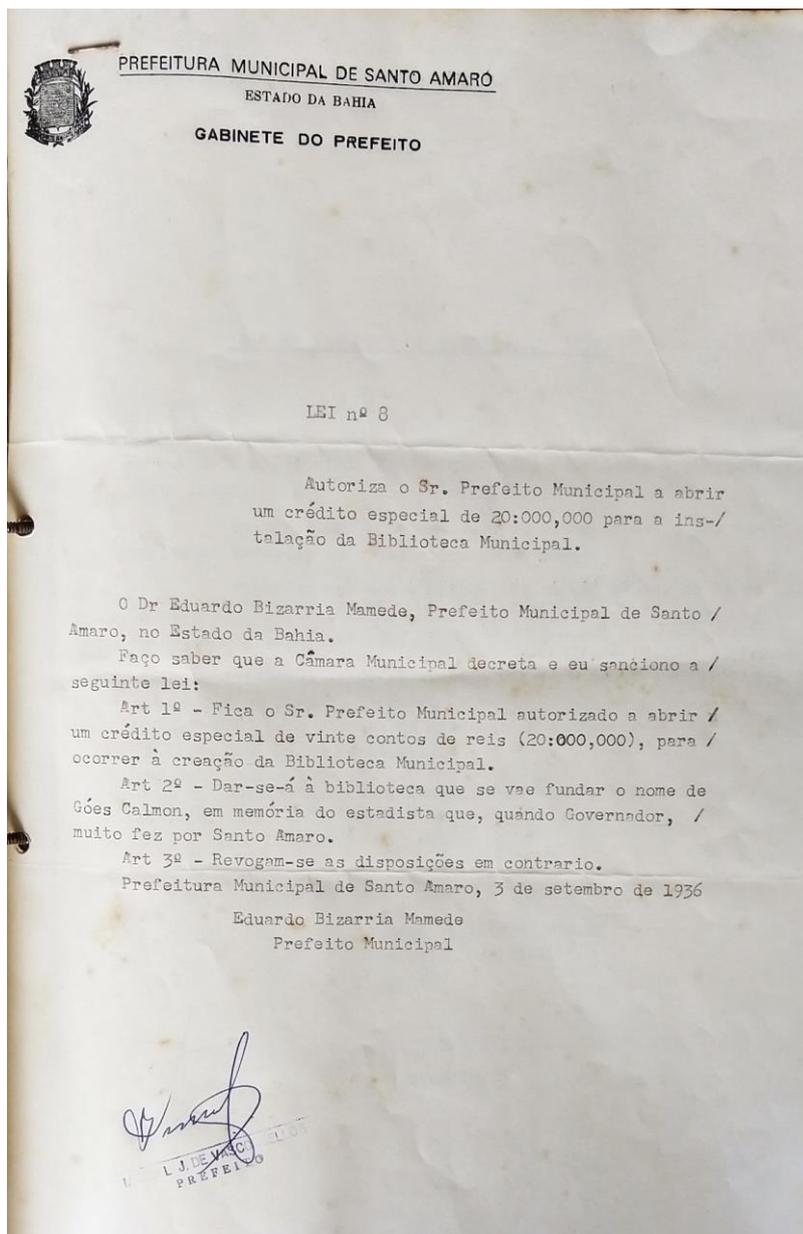
Bahia			
Amargosa . . .	Gremio Litterario Ruy Barbosa	Particular	24 de Janeiro de 1912
Cachoeira	Bibliotheca Municipal	Municipal	15 de Novembro de 1907.
Feira de Sant'Anna	Bibliotheca Municipal	Municipal	6 de Novembro de 1890
Ituassú . . .	Sociedade Littero-Musical 15 de Agosto	Particular	7 de Setembro de 1909
Joaazeiro.	Club Commercial	Particular	21 de Maio de 1893
	Sociedade Philarmouica 28 de Setembro	Particular	2 de Julho de 1900
Maragogipe	Bibliotheca Popular (7)	Particular	15 de Novembro de 1912
Minas do Rio de Contas	Club Rio-Contense	Particular	14 de Janeiro de 1902
Mundo Novo	Sociedade Litteraria 7 de Setembro (8)	Particular	—
Nazareth . . .	Bibliotheca Municipal	Municipal	7 de Setembro de 1883
	Club Litterario Nazareno (9)	Particular	—
Santo Amaro	Bibliotheca Municipal	Municipal	1899
São João do Paraguassú.	Bibliotheca Popular	Particular	8 de Março de 1909.
	Associação dos Empregados no Commercio..	Particular	14 de Maio de 1905
	Associação Typographica (1)	Particular	—
	Bibliotheca Municipal (1)	Municipal	—
	Bibliotheca Popular (2)	Particular	4 de Dezembro de 1886.
	Bibliotheca Publica do Estado (3)	Estadual	13 de Maio de 1811.
	Bibliotheca Silvino Marques (4)	Particular	1911.
	Club Caixeiral	Particular	21 de Maio de 1876.
	Escola Polytechnica (5)	Particular	—
	Faculdade de Medicina (6)	Federal	Maio de 1836
São Salvador	Faculdade Livre de Direito	Particular	13 de Novembro de 1897.
	Gabinete Portuguez de Leitura	Particular	2 de Março de 1863.

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1912)

¹ As bibliotecas municipais baianas criadas entre 1811 e 1912 estão em destaque

Verificou-se que as primeiras Leis para criação de Bibliotecas Públicas Municipais no Estado da Bahia começam a surgir a partir da década de 1930. Os municípios de Santo Amaro e Catu foram os pioneiros a terem uma Lei específica para sua Biblioteca Pública, conforme mostram, respectivamente, as figuras 5 e 6.

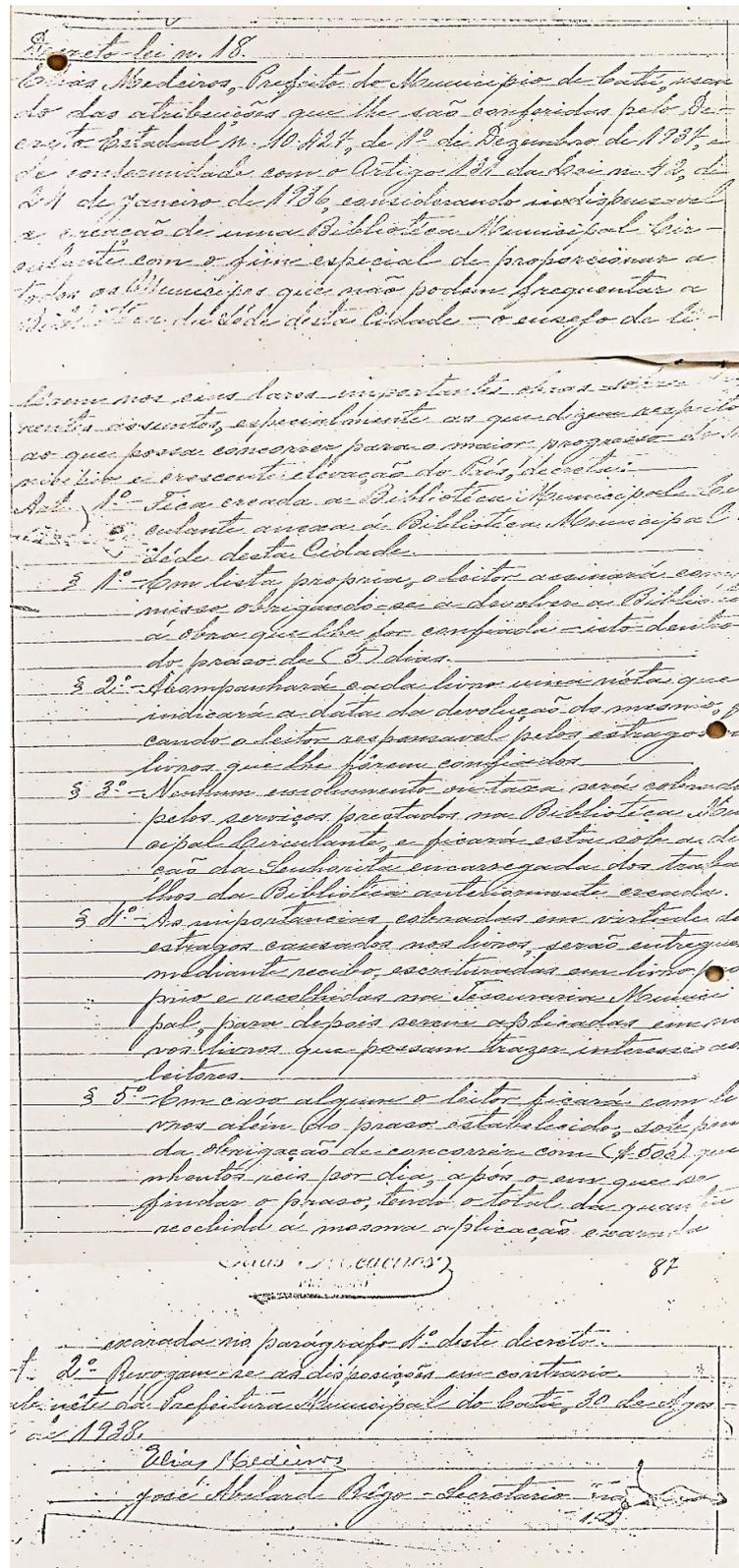
Figura 5 – Lei de Criação da Biblioteca Pública do município de Santo Amaro



Fonte: Fundação Pedro Calmon

Lei nº 8 de 3 de setembro de 1936, autoriza o prefeito do Município de Santo Amaro a abrir crédito especial de vinte contos de reis, para criar a Biblioteca Municipal.

Figura 6 – Lei de criação da Biblioteca Pública do município de Catu



Fonte: Fundação Pedro Calmon

Decreto nº 18 de 30 de agosto de 1938, assinado pelo prefeito Elias Medeiros, cria a Biblioteca do Município de Catu.

Alguns movimentos marcantes do início do Século XX foram pioneiros para a mudança de mentalidade da visão de cultura nacional e a real importância e contribuição das Bibliotecas Públicas municipais. Nesse sentido, uma das principais contribuições foi a atuação política do escritor modernista Mário de Andrade, que, de acordo com Lins (2021, p. 301), enquanto esteve à frente do Departamento de Cultura do município de São Paulo (DC), entre os anos de 1935 e 1938, vislumbrava a possibilidade de contribuir para a configuração de um novo Brasil, um país que se estabelecesse além dos limites das grandes cidades, que contemplasse os mais variados saberes e fazeres existentes nas nossas extensões territoriais e, com essa visão, seria possível construir uma cultura que pertencesse a todos os brasileiros.

A estrutura do DC era estabelecida em cinco divisões: Documentação Histórica e Social; Bibliotecas; Educação e Recreio; Turismo e Divertimentos Públicos e Expansão Cultural, tendo como responsáveis, respectivamente, Sergio Milliet, Rubem Borba de Moraes, Nicanor Miranda, Nino Gallo e Mário de Andrade. A frente da Divisão de Bibliotecas, Rubens Borba de Moraes, bibliotecário e bibliófilo, propõe e realiza inovadores projetos na cidade de São Paulo envolvendo bibliotecas infantis, circulantes e populares.

Após diagnosticar o triste estado das bibliotecas brasileiras, Rubens Borba de Moraes propôs a adoção de métodos modernos e racionais de biblioteconomia inaugurando-a no país [...] além de flexibilizar seu horário de funcionamento para adaptá-las ao tempo livre da população trabalhadora [...] e disponibilizar para o público usuário monitores treinados para ministrar as orientações necessárias, elevando seu interesse pela leitura (BARABATO Jr., 2004, p. 164-165; 168).

Segundo Oliveira (2005, p.17) o DC de Mário de Andrade representa a culminação necessária de uma trajetória que lhe permitiu ultrapassar as teorias de uma “arte de ação” para as estratégias de uma “ação cultural”. Ficando evidente que o processo experimentado pelo DC significou um passo importante para se lançar as ferramentas básicas para elaborar as políticas públicas de cultura no país.

Na próxima seção é apresentado as técnicas de pesquisa e métodos utilizado para a realização do estudo, demonstrando todos os passos de como os resultados foram alcançados.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Na busca por conhecer melhor a trajetória percorrida pelas BP baianas, principalmente visando encontrar as fronteiras temporais e recuperar os seus marcos legais e, assim, constituir uma narrativa em que a história da biblioteca pública na Bahia possa ser construída em futuros estudos, esta seção apresenta os caminhos metodológicos que o autor optou para responder a questão fundante da sua pesquisa: “conhecer como foram criadas as Bibliotecas Públicas dos municípios baianos, uma vez que o resgate histórico de questões que envolvem as bibliotecas contribui para caracterizar o modelo das bibliotecas que foram implantadas, ao longo dos anos”.

Assim, observa-se que:

Se hizo indispensable profundizar en el devenir histórico de la institución BP, buscando explicaciones que seguramente influyeron de una u otra manera en la visión que hoy se tiene de las BP por parte de las personas del común. En otras palabras, el desarrollo histórico de las instituciones contribuye de manera relacional a la representación social que una persona y una sociedad puedan construir respecto a esa institución. (TALOSA, 2012, p.58)

O estudo reforça a ideia de que para a construção de um futuro, há necessidade de se conhecer o passado. Certamente, é no presente que se estabelece o elo entre esses dois momentos. Desse modo, conhecer o processo histórico das bibliotecas públicas baianas, colabora com a representação social desse importante equipamento sociocultural, possibilitando a compreensão do atual estado da arte, contribuindo para posteriores propostas de políticas públicas.

Portanto, o delineamento da pesquisa baseou-se em métodos reconhecidos pelas Ciências Sociais. Para classificar uma pesquisa científica, a partir da sua natureza ou finalidade, Gil (2010) menciona a existência de duas vertentes: básica ou aplicada. As pesquisas básicas, de modo geral, ocupam-se com os estudos teóricos, com a pretensão clara de preencher lacunas de conhecimentos existentes em diferentes campos científicos, sem terem a pretensão da aplicação prática.

No caso das pesquisas aplicadas, em geral, nascem com o objetivo de aplicar pressupostos teóricos visando à compreensão e resolução de problemas de ordem mais prática que ocorrem no âmbito dos mais variados campos científicos.

Deste modo, para o desenvolvimento do trabalho, metodologicamente instituído, tem-se que a pesquisa se configura como sendo de **natureza aplicada**, pois ao se deparar com o problema de conhecer quais foram os marcos regulatórios e/ou as políticas públicas

que motivaram a criação das BP dos municípios baianos, procedimento que levou à recuperação do processo histórico de tais bibliotecas. O estudo busca elucidar uma questão específica de interesse local, no que se refere a abordagem do estudo, tem-se aqui uma pesquisa qualitativa, visto que:

[...] a pesquisa qualitativa não é apenas um diário ou uma narrativa cronológica lógica da vida cotidiana. Tal função seria uma versão meio mundana dos acontecimentos da vida real. Ao contrário, a pesquisa qualitativa é guiada por um desejo de explicar esses acontecimentos, por meio de conceitos existentes ou emergentes. (YIN, 2016, p.7)

Os procedimentos adotados para o levantamento de dados se estabeleceram a partir de **pesquisa bibliográfica**, que levou em consideração os conteúdos publicados em livros e artigos de periódicos científicos disponíveis em formato digital e impresso que versam fundamentalmente sobre BP. Foram consultados documentos que revelam informações sobre data e legislação da criação de BP nos municípios baianos, o que caracteriza a **pesquisa** também com **documental**, consultando-se fontes primárias e secundárias.

A **pesquisa documental**, que embora seja bem parecida com a pesquisa bibliográfica e, de acordo com Gil (2010), a natureza das fontes faz a diferença, pois pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas, dentre outros documentos.

As fontes primárias foram examinadas de forma presencial no Arquivo físico da Diretoria de Bibliotecas Públicas da Bahia - DIBIP (Órgão pertencente à FPC com sede na Avenida Sete de Setembro, Centro de Salvador); na Biblioteca da Assembleia Legislativa da Bahia; no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e no Setor de Periódicos da Biblioteca Pública da Bahia. E de forma remota no Arquivo da Fundação Biblioteca Nacional; no arquivo do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e no arquivo da Biblioteca Mário de Andrade. Ao todo foram analisados mais de 3000 (três mil) documentos entre Leis, decretos, atas, ofícios, jornais, convênios e fotografias.

Importante ressaltar que, entre os meses de abril e setembro de 2020, foram realizadas vinte e duas visitas presenciais à DIBIP, este período foi justamente o auge das medidas de isolamento social promovido pelas autoridades por conta do grande número

de mortes causadas pelo Coronavírus durante a pandemia da COVID-19. Naquele momento apenas os serviços de extrema necessidade eram autorizados a funcionar, até mesmo o transporte público foi interrompido. Nessas visitas feitas à FPC, especificamente à DIBIP, houve um rigoroso protocolo de segurança a ser seguido e que obedecia às orientações dadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Quanto às fontes secundárias, a consulta ocorreu por meio de acesso às informações disponibilizadas na internet, como os Anuários Estatísticos do Brasil, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Guia de Bibliotecas Públicas, publicado pelo Instituto Nacional do Livro.

Dadas às características desta pesquisa, a discussão se desenvolveu entre dois campos de estudo, o das Ciências Sociais e da Ciência da Informação, inserida nesse campo maior. Uma vez que o processo de análise das políticas públicas para bibliotecas públicas pode ser considerado amplo e complexo porque envolve vários elementos: atores sociais, recursos e canais informacionais, além de ações provenientes dos procedimentos utilizados para realizar as análises.

Esses elementos, na concepção de González de Gómez (1999), compõem os Regimes de Informação, conseqüentemente, as políticas de informação e as políticas públicas, por considerarem a informação, que é o fio condutor destes temas, sendo o fator determinante para a organização e para as relações que se estabelecem no contexto da atual Sociedade da Informação/Conhecimento.

Seguindo o processo que visou encontrar as informações necessárias para responder ao problema da pesquisa que procurou “conhecer como foram criadas as bibliotecas públicas dos municípios baianos” partindo do princípio de que “o resgate histórico de questões que envolvem as bibliotecas contribui para melhor entender a dinâmica da fundação de tais bibliotecas, sendo que a análise descritiva ajuda a identificar o que já aconteceu com tais equipamentos socioculturais na Bahia. Isto é, a partir de resultados e fatos, uma análise é feita para que esses dados respondam a um questionamento.

No caso deste estudo, há o levantamento de dados qualitativos, mas grande parte do levantamento feito foi estruturado em dados quantitativos, para melhor apresentar informações históricas relativas aos atos de criação dessas bibliotecas públicas. Uma vez que, não foi localizada nenhuma pesquisa semelhante no site da BRAPCI.

5 ACHADOS DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 QUANTO AO OBJETIVO GERAL DA PESQUISA

Levantar como foram criadas as Bibliotecas Públicas baianas, levando em consideração o ano de criação e a legislação que autorizou o seu funcionamento.

Foram levantados dados de como foram criadas as primeiras Bibliotecas Públicas dos 417 municípios baianos, levando em consideração o período de criação e a legislação que autorizou o seu funcionamento, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 – Cronologia da criação das Bibliotecas Públicas dos 417 municípios baianos e suas respectivas legislações que autorizaram o seu funcionamento

Século	Década	Ano	Data	Município	Possui lei de criação	Lei de criação
XIX	1810	1811	13/05/1811	Salvador	Sim	---
XIX	1880	1890	06/11/1890	Feira de Santana	Não	---
XX	1880	1883	07/09/1883	Nazaré	Sim	177/1955
XIX	1890	1899	s.d.	Santo Amaro	Sim	08/1936
XX	1900	1907	04/12/1973	Cachoeira	Sim	1009/2014
XX	1910	1915	11/07/1915	Morro do Chapéu	Sim	16/1942
XX	1920	1929	s.d.	Mucugê	Sim	146/1984
XX	1930	1936	24/01/1936	Catu	Sim	18/1936
XX	1930	1936	24/01/1936	Ituberá	Não	---
XX	1930	1938	21/03/1938	Casa Nova	Não	---
XX	1930	1940	s.d.	Brumado	Não	---
XX	1940	1941	29/09/1941	São Sebastião do Passé	Sim	11/1941
XX	1940	1941	02/07/1941	Tanquinho	Sim	338/2006
XX	1940	1942	16/06/1942	Correntina	Sim	40/1949
XX	1940	1942	09/11/1942	Jequié	Não	---
XX	1940	1942	07/09/1942	São Félix	Sim	54/1942
XX	1940	1942	19/11/1942	Valença	Sim	84/1942
XX	1940	1944	29/03/1944	Barra da Estiva	Sim	7/1944
XX	1940	1948	s.d.	Oliveira dos Brejinhos	Não	---
XX	1940	1949	05/07/1949	Itabuna	Sim	1970/1949
XX	1950	1951	01/08/1951	Alagoinhas	Sim	64/1951
XX	1950	1953	08/11/1953	Miguel Calmon	Sim	17/1953
XX	1950	1956	16/10/1956	Uruçuca	Sim	31/1956

(Continua)

Século	Década	Ano	Data	Município	Possui lei de criação	Lei de criação
XX	1950	1956	16/06/1956	Vitória da Conquista	Sim	274/1956
XX	1950	1958	07/01/1958	Poções	Sim	267/1958
XX	1950	1959	27/11/1959	Jaguarari	Não	---
XX	1950	1959	02/12/1959	Maraú	Sim	12/1959
XX	1950	1959	12/10/1959	Paulo Afonso	Sim	12/1959
XX	1950	1959	27/05/1959	São Francisco do Conde	Sim	150/1959
XX	1950	1960	27/08/1960	Barra	Sim	48.902/1960
XX	1950	1960	23/11/1960	Barreiras	Sim	156/1971
XX	1950	1960	11/04/1960	Entre Rios	Sim	08/1960
XX	1950	1960	30/06/1960	Glória	Sim	413/2010
XX	1950	1960	s.d.	Guanambi	Sim	03/1981
XX	1950	1960	27/08/1960	Valente	Sim	220/2002
XX	1960		s.d.	Ipirá	Sim	03/1983
XX	1960	1961	28/02/1961	Ribeira do Pombal	Sim	01/1971
XX	1960	1962	s.d.	Canavieiras	Sim	03/1964
XX	1960	1962	s.d.	Jacobina	Não	---
XX	1960	1963	s.d.	Cipó	Sim	60/1963
XX	1960	1963	06/08/1963	Itamaraju	Sim	06/1963
XX	1960	1963	22/11/1963	Nova Canaã	Sim	08/1963
XX	1960	1963	29/09/1963	Santa Cruz da Vitória	Não	---
XX	1960	1964	s.d.	São Desidério	Sim	16/2013
XX	1960	1965	24/09/1965	Ipiaú	Não	---
XX	1960	1965	04/05/1965	Jitaúna	Sim	301/1985
XX	1960	1966	18/11/1974	Riacho de Santana	Sim	04/1974
XX	1960	1967	17/04/1967	Aiquara	Sim	179/1967
XX	1960	1967	s.d.	Aramari	Não	---
XX	1960	1967	s.d.	Aratuípe	Não	---
XX	1960	1967	07/12/1967	Firmino Alves	Sim	29/1967
XX	1960	1968	24/10/1968	Encruzilhada	Sim	697/1968
XX	1960	1968	09/02/1968	Euclides da Cunha	Sim	415/1968
XX	1960	1968	27/12/1968	Itaparica	Não	---
XX	1960	1970	s.d.	Candiba	SIM	01/1989
XX	1960	1970	28/01/1970	Lençóis	Sim	249/1970
XX	1960	1970	30/08/1970	Pau Brasil	Sim	80/1995
XX	1970	197?	s.d.	Anguera	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Baixa Grande	Não	---

(Continua)

Século	Década	Ano	Data	Município	Possui lei de criação	Lei de criação
XX	1970	197?	s.d.	Caldeirão Grande	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Condeúba	Sim	664/2001
XX	1970	197?	s.d.	Dom Basílio	Sim	374/2008
XX	1970	197?	s.d.	Governador Mangabeira	Sim	89/2001
XX	1970	197?	s.d.	Ibicarai	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Ibipeba	Sim	20/1998
XX	1970	197?	s.d.	Ibotirama	Sim	02/2006
XX	1970	197?	s.d.	Ilhéus	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Itagimirim	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Itaju do Colônia	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Itarantim	Sim	113/1999
XX	1970	197?	s.d.	Jaguaquara	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Jaguaripe	Sim	355/1990
XX	1970	197?	s.d.	Jussiape	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Lajedão	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Marcionílio Souza	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Mata de São João	Sim	116/2000
XX	1970	197?	s.d.	Nova Viçosa	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Pojuca	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Potiraguá	Sim	74/2005
XX	1970	197?	s.d.	Remanso	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Rodelas	Não	---
XX	1970	197?	s.d.	Terra Nova	Não	---
XX	1970	1971	s.d.	Coribe	Sim	018/1971
XX	1970	1971	30/11/1971	Inhambupe	Sim	233/1971
XX	1970	1971	s.d.	Rio do Antônio	Não	---
XX	1970	1971	13/12/1971	Teodoro Sampaio	Sim	147/1971
XX	1970	1972	s.d.	Cafarnaum	Não	---
XX	1970	1972	22/05/1972	Itapetinga	Sim	268/1972
XX	1970	1972	s.d.	Piritiba	Sim	319/1979
XX	1970	1972	28/03/1972	Rio de Contas	Sim	04/1977
XX	1970	1972	07/12/1972	Una	Sim	4320/1972
XX	1970	1972	05/06/1972	Várzea do Poço	Não	---
XX	1970	1973	04/12/1973	Amélia Rodrigues	Sim	101/1973
XX	1970	1973	13/11/1973	Boa Vista do Tupim	Sim	60/1973
XX	1970	1973	14/12/1973	Candeias	Sim	348/1973
XX	1970	1973	31/01/1973	Chorrochó	Não	---

(Continua)

Século	Década	Ano	Data	Município	Possui lei de criação	Lei de criação
XX	1970	1973	21/08/1973	Curaçá	Sim	04/1973
XX	1970	1973	31/12/1973	Manoel Vitorino	Sim	33/1973
XX	1970	1973	22/07/1973	Muniz Ferreira	Sim	07/1973
XX	1970	1973	11/12/1973	Nova Soure	Não	---
XX	1970	1973	17/12/1973	Olindina	Sim	192/1973
XX	1970	1973	17/10/1973	Retirolândia	Não	---
XX	1970	1973	13/09/1973	São Gonçalo dos Campos	Sim	213/1973
XX	1970	1973	13/10/1973	Ubaíra	Sim	04/1973
XX	1970	1974	20/07/1974	Amargosa	Sim	23/1974
XX	1970	1974	30/03/1974	Aracatu	Sim	115/1975
XX	1970	1974	s.d.	Cansanção	Não	---
XX	1970	1974	04/1974	Contendas do Sincorá	Sim	06/1973
XX	1970	1974	15/10/1974	Cruz das Almas	Sim	105/1974
XX	1970	1974	12/09/1974	Ibirataia	Sim	426/1974
XX	1970	1974	25/07/1974	Igaporã	Não	---
XX	1970	1974	28/02/1974	Itaberaba	Sim	462/1974
XX	1970	1974	28/02/1974	Itapicuru	Sim	01/1974
XX	1970	1974	15/04/1974	Jacaraci	Sim	290/1974
XX	1970	1974	25/11/1974	Juazeiro	Sim	776/1974
XX	1970	1974	24/03/1974	Prado	Sim	258/2010
XX	1970	1974	19/03/1974	Santaluz	Não	---
XX	1970	1974	18/03/1974	Serrolândia	Sim	410/2010
XX	1970	1974	10/02/1974	Urandi	Não	---
XX	1970	1975	30/06/1975	Almadina	Sim	09/1975
XX	1970	1975	s.d.	Barra do Choça	Sim	17/1975
XX	1970	1975	20/08/1975	Camaçari	Sim	30/1975
XX	1970	1975	03/07/1975	Campo Formoso	Sim	19/2010
XX	1970	1975	31/10/1975	Ibititá	Sim	66/1975
XX	1970	1975	31/10/1975	Itagi	Sim	135/1975
XX	1970	1975	21/05/1975	Itapebi	Sim	143/1975
XX	1970	1975	10/09/1975	Simões Filho	Sim	152/1975
XX	1970	1976	22/05/1976	Boa Nova	Não	---
XX	1970	1976	07/09/1976	Floresta Azul	Sim	09/2009
XX	1970	1976	08/06/1976	Jiquiriçá	Sim	19/1976
XX	1970	1977	28/08/1977	Barra do Rocha	Não	---
XX	1970	1977	25/04/1977	Boninal	Não	---
XX	1970	1977	s.d.	Canápolis	Sim	74/2010
XX	1970	1977	17/07/1977	Itororó	Sim	512/1993

(Continua)

Século	Década	Ano	Data	Município	Possui lei de criação	Lei de criação
XX	1970	1977	07/11/1977	Santo Antônio de Jesus	Não	---
XX	1970	1977	21/05/1977	Tapiramutá	Sim	137/1977
XX	1970	1978	s.d.	Brejolândia	Sim	187/2010
XX	1970	1978	20/04/1978	Caatiba	Sim	109/1978
XX	1970	1979	07/09/1979	Macajuba	Não	---
XX	1970	1980	s.d.	Irajuba	Não	---
XX	1970	1980	17/03/1980	Planaltino	Sim	94/2009
XX	1970	1980	15/02/1980	Santa Maria da Vitória	Não	---
XX	1980	198?	s.d.	Alcobaça	Não	---
XX	1980	198?	s.d.	Conceição do Jacuípe	Não	---
XX	1980	198?	s.d.	Conde	Sim	08/1997
XX	1980	198?	s.d.	Ibirapitanga	Não	---
XX	1980	198?	s.d.	Iguaí	Sim	145/2009
XX	1980	198?	s.d.	Itapé	Não	---
XX	1980	198?	s.d.	Livramento de Nossa Senhora	Não	---
XX	1980	198?	s.d.	Maracás	Sim	143/2002
XX	1980	198?	s.d.	Milagres	Sim	334/2001
XX	1980	198?	s.d.	Pindobaçu	Sim	21/2010
XX	1980	198?	s.d.	Quijingue	Não	---
XX	1980	198?	s.d.	Santa Inês	Sim	288/2001
XX	1980	198?	s.d.	São Miguel das Matas	Sim	14/2009
XX	1980	198?	s.d.	Tucano	Sim	04/1999
XX	1980	1982	30/11/1982	Abaré	Sim	28/1982
XX	1980	1982	30/11/1982	Cotegipe	Sim	69/1982
XX	1980	1982	31/10/1982	Laje	Não	---
XX	1980	1983	18/10/1983	Mucuri	Sim	08/1983
XX	1980	1983	01/01/1983	Sebastião Laranjeiras	Sim	292/2011
XX	1980	1984	15/02/1984	Irárá	Sim	146/1984
XX	1980	1984	16/08/1984	Mairi	Sim	237/1984
XX	1980	1984	19/07/1984	Mascote	Não	---
XX	1980	1985	16/10/1985	Barra do Mendes	Sim	305/1985
XX	1980	1985	02/12/1985	Camamu	Sim	266/1985
XX	1980	1985	s.d.	Crisópolis	Sim	480/2012
XX	1980	1985	27/04/1985	Dário Meira	Sim	01/1985
XX	1980	1985	30/05/1985	Ruy Barbosa	Sim	09/2001
XX	1980	1985	13/09/1985	Santo Estêvão	Sim	12/1990

(Continua)

Século	Década	Ano	Data	Município	Possui lei de criação	Lei de criação
XX	1980	1985	s.d.	Serrinha	Não	---
XX	1980	1985	20/08/1985	Souto Soares	Sim	140/1985
XX	1980	1986	s.d.	Ibicoara	Sim	20/1997
XX	1980	1986	05/04/1986	Jandaíra	Sim	09/2009
XX	1980	1986	s.d.	Lafaiete Coutinho	Sim	2539/1986
XX	1980	1986	01/03/1986	Xique-Xique	Sim	259-A/1986
XX	1980	1987	31/03/1987	Acajutiba	Sim	28/1987
XX	1980	1987	11/07/1987	Bom Jesus da Lapa	Não	---
XX	1980	1987	09/05/1987	Capim Grosso	Sim	10/1990
XX	1980	1987	08/09/1987	Teixeira de Freitas	Sim	17/1987
XX	1980	1988	05/05/1988	Cândido Sales	Sim	93/1988
XX	1980	1988	s.d.	Central	Sim	417/2001
XX	1980	1989	03/05/1989	Angical	Sim	005/1989
XX	1980	1989	26/12/1989	Buerarema	Sim	353/1989
XX	1980	1989	28/09/1989	Caetité	Sim	22/1989
XX	1980	1989	29/06/1989	Caravelas	Sim	09/1989
XX	1980	1989	11/09/1989	Guaratinga	Sim	254/1989
XX	1980	1989	17/03/1989	Ibiquera	Sim	09/1989
XX	1980	1989	25/10/1989	Itaetê	Sim	14/1989
XX	1980	1989	15/09/1989	Itamari	Sim	160/1989
XX	1980	1989	22/05/1989	Itambé	Sim	03/1989
XX	1980	1989	18/06/1989	Ituaçu	Sim	804/2009
XX	1980	1989	17/03/1989	Jussara	Sim	07/1989
XX	1980	1989	15/03/1989	Licínio de Almeida	Sim	03/1989
XX	1980	1989	24/04/1989	Medeiros Neto	Sim	03/1989
XX	1980	1989	29/09/1989	Mortugaba	Sim	10/1989
XX	1980	1989	03/05/1989	Mundo Novo	Sim	858/1989
XX	1980	1989	22/09/1989	Paratinga	Sim	495/1989
XX	1980	1989	07/11/1989	Piatã	Sim	03/1989
XX	1980	1989	01/11/1989	Salinas da Margarida	Sim	76/1989
XX	1980	1989	22/09/1989	Santa Bárbara	Sim	239/1989
XX	1980	1989	26/09/1989	Santa Brígida	Sim	90/1989
XX	1980	1989	25/10/1989	São Felipe	Sim	394/1989
XX	1980	1989	25/08/1989	São Gabriel	Sim	63/1989
XX	1980	1989	20/04/1989	Senhor do Bonfim	Sim	542/1989
XX	1980	1989	31/10/1989	Serra Dourada	Sim	77/1989
XX	1980	1989	25/03/1989	Serra Preta	Sim	04/1989

(Continua)

Século	Década	Ano	Data	Município	Possui lei de criação	Lei de criação
XX	1980	1989	03/04/1989	Tabocas do Brejo Velho	Sim	07/1989
XX	1980	1989	20/09/1989	Tanhaçu	Sim	11/1989
XX	1980	1989	10/04/1989	Uibaí	Sim	60/1989
XX	1980	1989	25/04/1989	Vera Cruz	Sim	208/1989
XX	1980	1989	27/04/1989	Wanderley	Sim	07/1989
XX	1980	1990	11/05/1990	Cordeiros	Sim	259/1990
XX	1980	1990	28/12/1990	Lauro de Freitas	Sim	645/1990
XX	1980	1990	03/04/1990	Macarani	Sim	29/1990
XX	1980	1990	06/11/1990	Madre de Deus	Sim	20/1990
XX	1980	1990	23/03/1990	Malhada	Sim	03/1990
XX	1980	1990	16/05/1990	Pindaí	Sim	02/1990
XX	1980	1990	10/01/1990	Queimadas	Sim	17/1989
XX	1980	1990	01/06/1990	Rafael Jambeiro	Sim	07/1990
XX	1980	1990	21/05/1990	Santa Cruz Cabralia	Sim	04/1990
XX	1980	1990	16/12/1990	Santana	Sim	495/1989
XX	1990	199?	s.d.	Anagé	Não	---
XX	1990	199?	s.d.	Antônio Cardoso	Não	---
XX	1990	199?	s.d.	Coronel João Sá	Sim	217/2005
XX	1990	199?	s.d.	Filadélfia	Não	---
XX	1990	199?	s.d.	Formosa do Rio Preto	Não	---
XX	1990	199?	s.d.	Ibiassucê	Não	---
XX	1990	199?	s.d.	Ibipitanga	Sim	05/2009
XX	1990	199?	s.d.	Ibirapuã	Não	---
XX	1990	199?	s.d.	Itacaré	Não	---
XX	1990	199?	s.d.	Nova Itarana	Não	---
XX	1990	199?	s.d.	Pintadas	Sim	334/2009
XX	1990	199?	s.d.	Santa Teresinha	Não	---
XX	1990	199?	s.d.	Sento Sé	Sim	136/2005
XX	1990	199?	s.d.	Umburanas	Sim	38/2007
XX	1990	1991	s.d.	Belo Campo	Sim	4/1991
XX	1990	1991	03/07/1991	Irecê	Sim	191/1991
XX	1990	1991	07/11/1991	Jucuruçu	Sim	13/1991
XX	1990	1991	14/11/1991	Nova Ibiá	Sim	88/1991
XX	1990	1991	31/05/1991	Palmeiras	Sim	96/1991
XX	1990	1992	14/09/1992	Itaquara	Sim	06/1992
XX	1990	1992	10/07/1992	Itiúba	Não	---
XX	1990	1992	18/11/1992	Pé de Serra	Sim	105/1992
XX	1990	1992	27/11/1992	Presidente Dutra	Sim	44/1992
XX	1990	1992	26/02/1992	Sátiro Dias	Sim	02/1992

(Continua)

Século	Década	Ano	Data	Município	Possui lei de criação	Lei de criação
XX	1990	1993	14/08/1993	Apuarema	Sim	44/1993
XX	1990	1993	05/10/1993	Belmonte	Sim	17/1993
XX	1990	1993	26/04/1993	Biringa	Sim	423/1993
XX	1990	1993	15/12/1993	Bonito	Sim	51/1993
XX	1990	1993	10/12/1993	Brotas de Macaúbas	Sim	14/1993
XX	1990	1993	s.d.	Camacan	Sim	350/1993
XX	1990	1993	21/06/1993	Capela do Alto Alegre	Sim	125/1993
XX	1990	1993	s.d.	Castro Alves	Sim	533/2005
XX	1990	1993	20/08/1993	Guajeru	Sim	27/1993
XX	1990	1993	02/03/1993	Itabela	Não	---
XX	1990	1993	19/10/1993	Jaborandi	Sim	76/1993
XX	1990	1993	20/09/1993	Lajedinho	Sim	14/1993
XX	1990	1993	08/10/1993	Mirangaba	Sim	05/1993
XX	1990	1993	24/11/1993	Presidente Tancredo Neves	Sim	15/1993
XX	1990	1993	15/10/1993	Quixabeira	Sim	48/1993
XX	1990	1993	17/05/1993	São Domingos	Sim	25/1993
XX	1990	1993	03/03/1993	São Félix do Coribe	Sim	55/1993
XX	1990	1993	03/08/1993	Sapeaçu	Sim	249/1993
XX	1990	1994	s.d.	Caetanos	Sim	105/2009
XX	1990	1994	s.d.	Candeal	Sim	09/2010
XX	1990	1994	11/08/1994	Dias d'Ávila	Sim	83/1994
XX	1990	1994	16/11/1994	Fátima	Sim	114/1994
XX	1990	1994	12/08/1994	Itagibá	Sim	462/1994
XX	1990	1994	01/11/1994	Muquém de São Francisco	Sim	01/1994
XX	1990	1994	15/03/1994	Rio Real	Sim	430/1994
XX	1990	1995	17/11/1995	Caculé	Sim	85/1975
XX	1990	1996	03/05/1996	Itajuípe	Sim	598/1996
XX	1990	1996	12/06/1996	Jussari	Sim	138/1996
XX	1990	1996	06/12/1996	Saúde	Sim	41/1996
XX	1990	1996	s.d.	Sobradinho	Sim	173/1996
XX	1990	1997	16/06/1997	Cristópolis	Sim	15/1997
XX	1990	1997	14/08/1997	Ribeirão do Largo	Sim	20/1997
XX	1990	1997	11/08/1997	Seabra	Sim	79/1997
XX	1990	1998	26/10/1998	Canudos	Sim	116/1998
XX	1990	1998	14/05/1998	Gentio do Ouro	Não	---
XX	1990	1998	25/05/1998	Itiruçu	Não	---

(Continua)

Século	Década	Ano	Data	Município	Possui lei de criação	Lei de criação
XX	1990	1998	25/05/1998	Nova Fátima	Sim	116/1998
XX	1990	1998	15/05/1998	Piripá	Não	---
XX	1990	1998	20/01/1998	Várzea da Roça	Não	---
XX	1990	1999	s.d.	Cícero Dantas	Sim	90/2009
XX	1990	1999	12/05/1999	Nova Redenção	Sim	02/1999
XX	1990	1999	03/02/1999	Ribeira do Amparo	Não	---
XX	1990	2000	10/03/2000	Caém	Não	---
XX	1990	2000	11/07/2000	Lajedo do Tabocal	Sim	7.178/2000
XX	1990	2000	27/03/2000	Ouriçangas	Não	---
XX	1990	2000	31/05/2000	Teofilândia	Sim	48/2000
XXI	2000	200?	s.d.	Araças	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Itanagra	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Lagoa Real	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Lamarão	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Maiquinique	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Mirante	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Morpará	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Mulungu do Morro	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Mutuípe	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Santa Rita de Cássia	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Santanópolis	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Uauá	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Ubaitaba	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Ubatã	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Utinga	Não	---
XXI	2000	200?	s.d.	Várzea Nova	Não	---
XXI	2000	2001	22/05/2001	Araci	Sim	23/2001
XXI	2000	2001	s.d.	Arataca	Não	---
XXI	2000	2001	25/10/2001	Barro Preto	Sim	353/2001
XXI	2000	2001	17/08/2001	Campo Alegre de Lourdes	Sim	116/2001
XXI	2000	2001	17/09/2001	Caraíbas	Sim	48/2001
XXI	2000	2001	11/06/2001	Carinhanha	Sim	876/2001
XXI	2000	2001	17/09/2001	Érico Cardoso	Sim	12/2001
XXI	2000	2001	06/11/2001	Ibicuí	Sim	16/2001
XXI	2000	2001	s.d.	Iuiú	Sim	162/2005
XXI	2000	2001	s.d.	João Dourado	Sim	127/2001

(Continua)

Século	Década	Ano	Data	Município	Possui lei de criação	Lei de criação
XXI	2000	2001	s.d.	Mansidão	Sim	47/2001
XXI	2000	2001	27/09/2001	Monte Santo	Sim	09/2001
XXI	2000	2001	31/05/2001	Nilo Peçanha	Sim	138/2001
XXI	2000	2001	04/04/2001	Novo Horizonte	Sim	02/2001
XXI	2000	2001	04/05/2001	Piraí do Norte	Sim	05/2001
XXI	2000	2001	18/10/2001	Presidente Jânio Quadros	Sim	50/2001
XXI	2000	2001	12/06/2001	Santa Luzia	Sim	203/2001
XXI	2000	2002	08/02/2002	Caturama	Sim	05/2002
XXI	2000	2002	09/07/2002	Conceição da Feira	Sim	401/2002
XXI	2000	2002	30/07/2002	Elísio Medrado	Sim	04/2002
XXI	2000	2002	18/12/2002	Gandu	Sim	926/2002
XXI	2000	2002	29/11/2002	Matina	Sim	39/2002
XXI	2000	2002	04/03/2002	Muritiba	Sim	637/2002
XXI	2000	2002	24/04/2002	Paramirim	Sim	02/2002
XXI	2000	2002	21/06/2002	Paripiranga	Sim	06/2002
XXI	2000	2002	30/08/2002	Pedro Alexandre	Sim	145/2002
XXI	2000	2002	18/07/2002	Porto Seguro	Sim	891/2010
XXI	2000	2002	11/06/2002	Riachão do Jacuípe	Sim	393/2002
XXI	2000	2002	s.d.	Saubara	Sim	37/2005
XXI	2000	2003	14/03/2003	Cabaceiras do Paraguaçu	Sim	14/2001
XXI	2000	2003	11/11/2003	Cravolândia	Sim	043/2003
XXI	2000	2003	05/11/2003	Iraquara	Sim	46/2003
XXI	2000	2003	08/05/2003	Maragogipe	Sim	04/2003
XXI	2000	2004	16/06/2004	Eunápolis	Sim	524/2004
XXI	2000	2004	s.d.	Ipecaetá	Sim	137/2004
XXI	2000	2004	11/05/2004	Varzedo	Sim	170/2004
XXI	2000	2005	02/04/2005	Água Fria	Sim	65/2005
XXI	2000	2005	05/04/2005	Barro Alto	Sim	11/2005
XXI	2000	2005	s.d.	Barrocas	Não	---
XXI	2000	2005	04/03/2005	Botuporã	Sim	2/2005
XXI	2000	2005	s.d.	Cocos	Não	---
XXI	2000	2005	08/09/2005	Itapitanga	Sim	304/2005
XXI	2000	2005	22/12/2005	Lapão	Sim	447/2005
XXI	2000	2005	09/05/2005	Macaúbas	Sim	247/2005
XXI	2000	2006	20/02/2006	Adustina	Sim	20/2006
XXI	2000	2006	20/04/2006	Andorinha	Sim	299/2006
XXI	2000	2006	s.d.	Aporá	Não	---
XXI	2000	2006	20/11/2006	Boquira	Sim	452/2006

(Continua)

Século	Década	Ano	Data	Município	Possui lei de criação	Lei de criação
XXI	2000	2006	03/04/2006	Coração de Maria	Sim	28/2006
XXI	2000	2006	17/03/2006	Dom Macedo Costa	Sim	328/2006
XXI	2000	2006	17/05/2006	Feira da Mata	Sim	169/2006
XXI	2000	2006	20/06/2006	Itaguaçu da Bahia	Sim	274/2006
XXI	2000	2006	15/05/2006	Itanhém	Sim	06/2006
XXI	2000	2006	s.d.	Jeremoabo	Não	---
XXI	2000	2006	28/09/2006	Sítio do Mato	Não	---
XXI	2000	2006	24/04/2006	Sítio do Quinto	Sim	216/2006
XXI	2000	2006	s.d.	Vereda	Sim	133/2006
XXI	2000	2007	20/07/2007	Canarana	Sim	01/2005
XXI	2000	2008	22/10/2008	Banzaê	Sim	264/2008
XXI	2000	2008	09/12/2008	Palmas de Monte Alto	Sim	516/2008
XXI	2000	2008	20/11/2008	Riachão das Neves	Sim	435/2008
XXI	2000	2008	17/09/2008	Tanque Novo	Sim	49/2008
XXI	2000	2008	s.d.	Tremedal	Não	---
XXI	2000	2009	07/08/2009	Abaíra	Sim	---
XXI	2000	2009	16/05/2009	América Dourada	Sim	274/2009
XXI	2000	2009	15/07/2009	Andaraí	Sim	14/2009
XXI	2000	2009	s.d.	Antônio Gonçalves	Não	---
XXI	2000	2009	06/08/2009	Brejões	Sim	826/2009
XXI	2000	2009	s.d.	Cairu	Não	---
XXI	2000	2009	13/08/2009	Cardeal da Silva	Sim	308/2009
XXI	2000	2009	s.d.	Coaraci	Sim	---
XXI	2000	2009	30/11/2009	Gongogi	Não	---
XXI	2000	2009	28/08/2009	Heliópolis	Sim	309/2009
XXI	2000	2009	s.d.	Iaçu	Sim	23/2009
XXI	2000	2009	13/12/2009	Ibitiara	Não	---
XXI	2000	2009	16/07/2009	Ichu	Sim	11/2009
XXI	2000	2009	13/07/2009	Iramaia	Sim	407/2009
XXI	2000	2009	25/05/2009	Itatim	Sim	12/2009
XXI	2000	2009	01/07/2009	Maetinga	Sim	05/2009
XXI	2000	2009	19/06/2009	Malhada de Pedras	Sim	02/2009
XXI	2000	2009	03/03/2009	Nordestina	Sim	165/2009
XXI	2000	2009	26/10/2009	Novo Triunfo	Sim	272/2009

(Conclusão)

Século	Década	Ano	Data	Município	Possui lei de criação	Lei de criação
XXI	2000	2009	29/06/2009	Ourolândia	Sim	176/2009
XXI	2000	2009	17/-6/2009	Pilão Arcado	Sim	53/2009
XXI	2000	2009	03/04/2009	Rio do Pires	Sim	14/2009
XXI	2000	2009	13/03/2009	São José da Vitória	Sim	214/2009
XXI	2000	2009	19/08/2009	Serra do Ramalho	Sim	264/2009
XXI	2000	2009	09/11/2009	Wenceslau Guimarães	Sim	291/2009
XXI	2000	2010	27/03/2010	Antas	Não	---
XXI	2000	2010	02/10/2010	Aurelino Leal	Não	---
XXI	2000	2010	05/10/2010	Baianópolis	Sim	96/2010
XXI	2000	2010	06/04/2010	Bom Jesus da Serra	Sim	120/2010
XXI	2000	2010	s.d.	Buritirama	Não	---
XXI	2000	2010	10/03/2010	Catolândia	Não	---
XXI	2000	2010	22/03/2010	Esplanada	Sim	685/2010
XXI	2000	2010	04/09/2010	Gavião	Sim	258/2010
XXI	2000	2010	s.d.	Igrapiúna	Não	---
XXI	2000	2010	30/06/2010	Ipupiara	Sim	126/2010
XXI	2000	2010	s.d.	Macururé	Não	---
XXI	2000	2010	20/04/2010	Planalto	Sim	315/2010
XXI	2000	2010	s.d.	Ponto Novo	Não	---
XXI	2000	2010	05/04/2010	São José do Jacuípe	Sim	21/2010
XXI	2000	2010	26/05/2010	Taperoá	Sim	279/2010
XXI	2000	2010	s.d.	Teolândia	Não	---
XXI	2010	201?	s.d.	Luís Eduardo Magalhães	Não	---
XXI	2010	2011	31/08/2011	Conceição do Almeida	Sim	463/2011
XXI	2010	2011	26/08/2011	Pedrao	Sim	341/2013
XXI	2010	2012	30/08/2012	Wagner	Sim	147/2012
XXI	2010	2014	s.d.	Conceição do Coité	Não	---

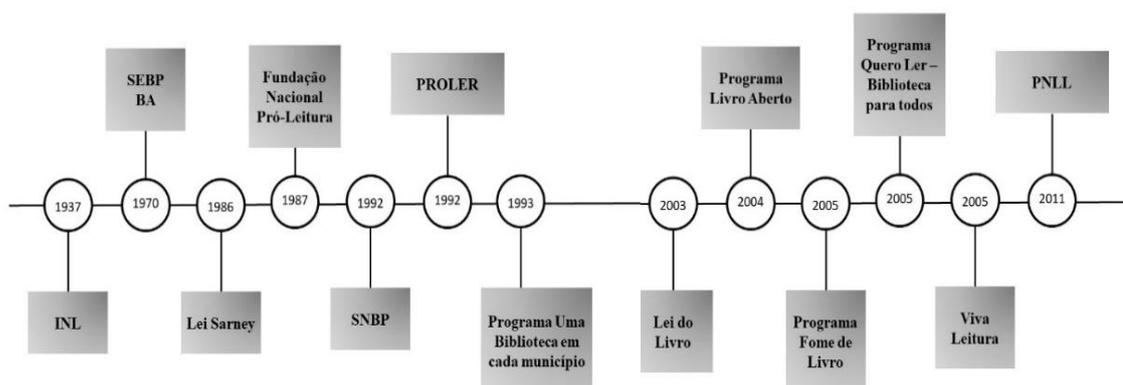
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

5.2 QUANTO AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) *Identificar as políticas públicas e/ou marcos regulatórios existentes no Brasil voltadas para a criação de bibliotecas públicas municipais.*

Foram identificadas as principais políticas públicas existentes no Brasil voltadas para a criação de bibliotecas públicas municipais.

Figura 7 - Evolução das políticas públicas para BP no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Como é visto na figura 7, a criação do INL em 1937 marca o início das investidas em Políticas Públicas para criação de Bibliotecas Públicas no Brasil. Lins (2016, p.109) afirma que o INL, criado pelo Decreto nº 93 de 21 de dezembro de 1937, fez com que o país estabelecesse os movimentos para institucionalizar uma política no campo da produção e circulação do livro, integrando-o a biblioteca pública, conforme o artigo 6º do referido Decreto:

As publicações do Instituto Nacional do Livro não serão distribuídas gratuitamente senão às bibliotecas públicas a ele filiadas, mas se colocarão à venda em todo o país por preços que apenas bastem para compensar total ou parcialmente o seu custo. (BRASIL, 1937)

Após o INL surgem outras iniciativas para a implantação de Biblioteca Públicas em todo o território Nacional. Porém foi constatado que as décadas finais do século XX e início do século XXI foi o período que mais se desenvolveram políticas públicas para criação de Bibliotecas Públicas no País. Em seguida o Quadro 3 destaca as principais características dessas políticas.

Quadro 3 – Principais características das políticas públicas para BP no Brasil

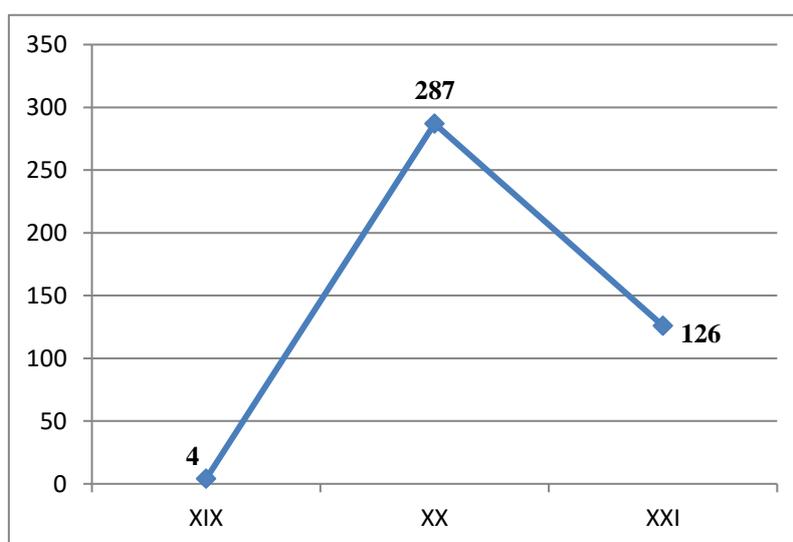
ANO	POLÍTICA PÚBLICA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
1937	INL	Órgão do Ministério da Educação e Cultura, tendo, entre outras atribuições, a função de incentivar a organização e auxiliar na manutenção de Bibliotecas Públicas em todo o território nacional. Surgiu no bojo do Estado Novo, sendo o primeiro programa brasileiro de incentivo às Bibliotecas Públicas (BARROSO, 1973).
1970	SEBP-BA	O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) instituído pelo Decreto nº 22.103, de 04 de novembro de 1970 tem como principal objetivo estimular a prática da leitura através das bibliotecas públicas, comunitárias e espaços de leitura no Estado da Bahia.
1986	Lei Sarney	Primeira lei federal de incentivo à produção cultural no país com o objetivo de incentivar o desenvolvimento cultural (RAMOS, 2017).
1987	Fundação Nacional Pró Leitura	Criada pela Lei 7.624 com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da promoção e da difusão do livro, estimular a criação literária e a instituição de bibliotecas, difundir e fomentar o hábito da leitura, manter e impulsionar cursos de Biblioteconomia e promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas (BRASIL, 1987).
1992	SNBP	Criado pelo Decreto Presidencial nº. 520 tem como principal objetivo articular as ações das diversas Bibliotecas Públicas municipais e estaduais em território brasileiro (MACHADO, 2010).
1992	PROLER	Surgiu como uma ação do Ministério da Cultura voltada à formação de leitores, nos vários espaços sociais, e ao oferecer formação para bibliotecários de Bibliotecas Públicas (MACHADO, 2010).
1993	Programa Uma Biblioteca em Cada Município	Programa tinha como objetivo distribuir estantes, livros e oferecer capacitação para o gerenciamento das Bibliotecas Públicas municipais (MACHADO, 2010).

2003	Lei do Livro	Criada pela Lei Federal nº 10.753 teve como objetivo instituir a Política Nacional do Livro e da Leitura no Brasil (BRASIL, 2003).
2004	Programa Livro Aberto	Tem o objetivo de ampliar o número de Bibliotecas Públicas no país e modernizar as já existentes (RAMOS, 2017).
2005	Programa Fome de Livro	O Programa surgiu como uma estratégia para articular o conjunto de ações realizadas pelas empresas e pela sociedade civil organizada (MACHADO, 2010).
2005	Programa Viva Leitura	Tem como principal objetivo dar visibilidade a tudo que se faz em prol da democratização da leitura (ROSING, 2005).
2011	PNLL	Suas diretrizes são voltadas para a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura (BRASIL, 2010)

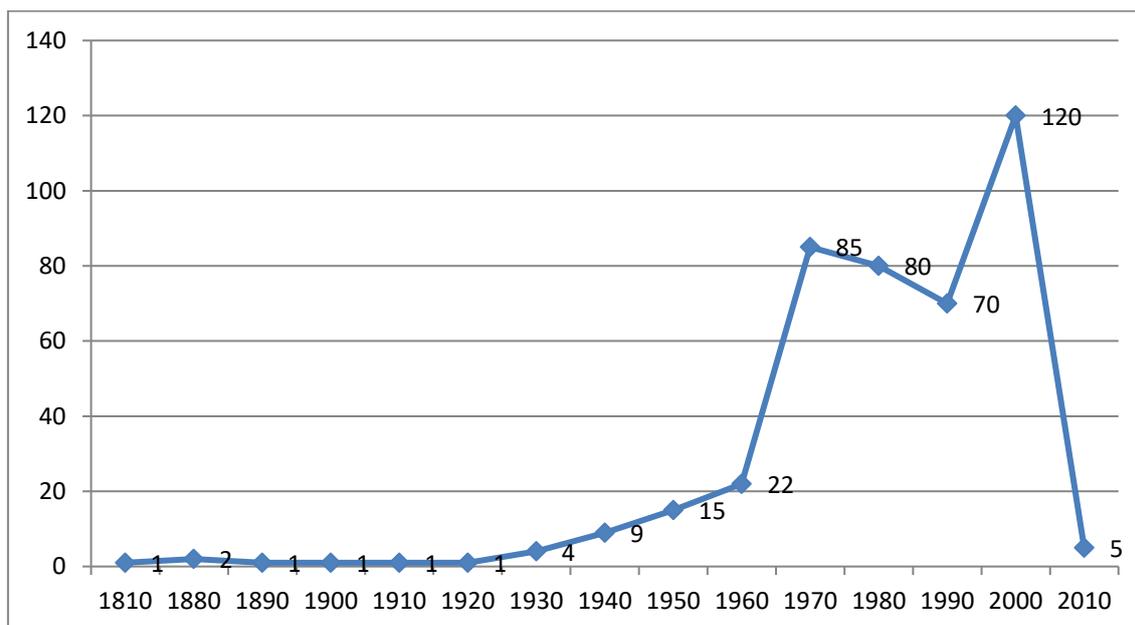
Fonte: Dados da pesquisa (2023) adaptado de ROCHA, E.; OLIVEIRA, Dalgiza (2019 p.7)

b) *Elaborar uma linha do tempo da criação das bibliotecas públicas dos 417 municípios baianos;*

Gráfico 3 - Quantitativo de BP criadas por municípios baianos, por Século



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Gráfico 4 – Linha do tempo do Quantitativo de BP criadas por Década

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Em relação à quantidade de Bibliotecas Públicas criadas em cada década, como mostra o gráfico acima, percebemos que na Bahia tem-se alguns municípios que fundaram suas Bibliotecas ainda no Século XIX. Até a década de 1930 começamos a visualizar um crescimento no número de BP criadas no interior do estado da Bahia, mesmo que ainda tímido. Já na segunda metade do Século XX e início do Século XXI é significativo o aumento de Bibliotecas Públicas criadas nos municípios baianos. Ao analisar o gráfico 4 juntamente com a figura 7, podemos perceber a influência do desenvolvimento de políticas públicas no aumento do número de bibliotecas públicas criadas pelos municípios.

c) Mapear o ano de criação de cada biblioteca pública municipal criada na Bahia;

Foi realizado o mapeamento do ano de criação de cada biblioteca pública municipal criada na Bahia.

Tabela 3 – Mapeamento do ano de criação de cada BP municipal da Bahia
(Por ordem alfabética dos municípios)

(Continua)		(Continua)	
Município	Ano de criação da BP	Município	Ano de criação da BP
Abaíra	2009	Araças	200?
Abaré	1982	Aracatu	1974
Acajutiba	1987	Araci	2001
Adustina	2006	Aramari	1967
Água Fria	2005	Arataca	2001
Aiquara	1967	Aratuípe	1967
Alagoinhas	1951	Aurelino Leal	2010
Alcobaça	198?	Baianópolis	2010
Almadina	1975	Baixa Grande	197?
Amargosa	1974	Banzaê	2008
Amélia	1973	Barra	1960
Rodrigues		Barra da Estiva	1944
América Dourada	2009	Barra do Choça	1975
Anagé	199?	Barra do Mendes	1985
Andaraí	2009	Barra do Rocha	1977
Andorinha	2006	Barreiras	1960
Angical	1989	Barro Alto	2005
Anguera	197?	Barro Preto	2001
Antas	2010	Barrocas	2005
Antônio Cardoso	199?	Belmonte	1993
Antônio	2009	Belo Campo	1991
Gonçalves		Biritinga	1993
Aporá	2006	Boa Nova	1976
Apuarema	1993		

(Continua)		(Continua)	
Município	Ano de criação da BP	Município	Ano de criação da BP
Boa Vista do	1973	Camamu	1985
Tupim		Campo Alegre de	2001
Bom Jesus da	1987	Lourdes	
Lapa		Campo Formoso	1975
Bom Jesus da	2010	Canápolis	1977
Serra		Canarana	2007
Boninal	1977	Canavieiras	1962
Bonito	1993	Candeal	1994
Boquira	2006	Candeias	1973
Botuporã	2005	Candiba	1970
Brejões	2009	Cândido Sales	1988
Brejolândia	1978	Cansanção	1974
Brotas de	1993	Canudos	1998
Macaúbas		Capela do Alto	1993
Brumado	1940	Alegre	
Buerarema	1989	Capim Grosso	1987
Buritirama	2010	Caraíbas	2001
Caatiba	1978	Caravelas	1989
Cabaceiras do	2003	Cardeal da Silva	2009
Paraguaçu		Carinhanha	2001
Cachoeira	1907	Casa Nova	1938
Caculé	1995	Castro Alves	1993
Caém	2000	Catolândia	2010
Caetanos	1994	Catu	1936
Caetité	1989	Caturama	2002
Cafarnaum	1972	Central	1988
Cairu	2009	Chorrochó	1973
Caldeirão Grande	197?	Cícero Dantas	1999
Camacan	1993	Cipó	1963
Camaçari	1975		

(Continua)		(Continua)	
Município	Ano de criação da BP	Município	Ano de criação da BP
Coaraci	2009	Dom Macedo	2006
Cocos	2005	Costa	
Conceição da Feira	2002	Elísio Medrado	2002
Conceição do Almeida	2011	Encruzilhada	1968
Conceição do Coité	2014	Entre Rios	1960
Conceição do Jacuípe	198?	Érico Cardoso	2001
Conde	198?	Esplanada	2010
Condeúba	197?	Euclides da Cunha	1968
Contendas do Sincorá	1974	Eunápolis	2004
Coração de Maria	2006	Fátima	1994
Cordeiros	1990	Feira da Mata	2006
Coribe	1971	Feira de Santana	1890
Coronel João Sá	199?	Filadélfia	199?
Correntina	1942	Firmino Alves	1967
Cotegipe	1982	Floresta Azul	1976
Cravolândia	2003	Formosa do Rio Preto	199?
Crisópolis	1985	Gandu	2002
Cristópolis	1997	Gavião	2010
Cruz das Almas	1974	Gentio do Ouro	1998
Curaçá	1973	Glória	1960
Dário Meira	1985	Gongogi	2009
Dias d'Ávila	1994	Governador	197?
Dom Basílio	197?	Mangabeira	
		Guajeru	1993
		Guanambi	1960
		Guaratinga	1989
		Heliópolis	2009

(Continua)

Município	Ano de criação da BP
Iaçu	2009
Ibiassucê	199?
Ibicaraí	197?
Ibicoara	1986
Ibicuí	2001
Ibipeba	197?
Ibipitanga	199?
Ibiquera	1989
Ibirapitanga	198?
Ibirapuã	199?
Ibirataia	1974
Ibitiara	2009
Ibititá	1975
Ibotirama	197?
Ichu	2009
Igaporã	1974
Igrapiúna	2010
Iguaí	198?
Ilhéus	197?
Inhambupe	1971
Ipecaetá	2004
Ipiaú	1965
Ipirá	196?
Ipupiara	2010
Irajuba	1980
Iramaia	2009
Iraquara	2003
Irará	1984
Irecê	1991
Itabela	1993

(Continua)

Município	Ano de criação da BP
Itaberaba	1974
Itabuna	1949
Itacaré	199?
Itaetê	1989
Itagi	1975
Itagibá	1994
Itagimirim	197?
Itaguaçu da Bahia	2006
Itaju do Colônia	197?
Itajuípe	1996
Itamaraju	1963
Itamari	1989
Itambé	1989
Itanagra	200?
Itanhém	2006
Itaparica	1968
Itapé	198?
Itapebi	1975
Itapetinga	1972
Itapicuru	1974
Itapitanga	2005
Itaquara	1992
Itarantim	197?
Itatim	2009
Itiruçu	1998
Itiúba	1992
Itororó	1977
Ituaçu	1989
Ituberá	1936

(Continua)		(Continua)	
Município	Ano de criação da BP	Município	Ano de criação da BP
Iuiú	2001	Lençóis	1970
Jaborandi	1993	Licínio de Almeida	1989
Jacaraci	1974	Livramento de Nossa Senhora	198?
Jacobina	1962	Luís Eduardo Magalhães	200?
Jaguaquara	197?	Macajuba	1979
Jaguarari	1959	Macarani	1990
Jaguaripe	197?	Macaúbas	2005
Jandaíra	1986	Macururé	2010
Jequié	1942	Madre de Deus	1990
Jeremoabo	2006	Maetinga	2009
Jiquiriçá	1976	Maiquinique	200?
Jitaúna	1965	Mairi	1984
João Dourado	2001	Malhada	1990
Juazeiro	1974	Malhada de Pedras	2009
Jucuruçu	1991	Manoel Vitorino	1973
Jussara	1989	Mansidão	2001
Jussari	1996	Maracás	198?
Jussiape	197?	Maragogipe	2003
Lafaiete	1986	Maraú	1959
Coutinho		Marcionílio Souza	197?
Lagoa Real	200?	Mascote	1984
Laje	1982	Mata de São João	197?
Lajedão	197?	Matina	2002
Lajedinho	1993	Medeiros Neto	1989
Lajedo do Tabocal	2000		
Lamarão	200?		
Lapão	2005		
Lauro de Freitas	1990		

(Continua)		(Continua)	
Município	Ano de criação da BP	Município	Ano de criação da BP
Miguel Calmon	1953	Olindina	1973
Milagres	198?	Oliveira dos Brejinhos	1948
Mirangaba	1993	Ouriçangas	2000
Mirante	200?	Ourolândia	2009
Monte Santo	2001	Palmas de Monte Alto	2008
Morpará	200?	Palmeiras	1991
Morro do Chapéu	1915	Paramirim	2002
Mortugaba	1989	Paratinga	1989
Mucugê	1929	Paripiranga	2002
Mucuri	1983	Pau Brasil	1970
Mulungu do Morro	200?	Paulo Afonso	1959
Mundo Novo	1989	Pé de Serra	1992
Muniz Ferreira	1973	Pedrao	2011
Muquém de São Francisco	1994	Pedro Alexandre	2002
Muritiba	2002	Piatã	1989
Mutuípe	200?	Pilão Arcado	2009
Nazaré	1955	Pindaí	1990
Nilo Peçanha	2001	Pindobaçu	198?
Nordestina	2009	Pintadas	199?
Nova Canaã	1963	Piraí do Norte	2001
Nova Fátima	1998	Piripá	1998
Nova Ibiá	1991	Piritiba	1972
Nova Itarana	199?	Planaltino	1980
Nova Redenção	1999	Planalto	2010
Nova Soure	1973	Poções	1958
Nova Viçosa	197?	Pojuca	197?
Novo Horizonte	2001	Ponto Novo	2010
Novo Triunfo	2009		

(Continua)		(Continua)	
Município	Ano de criação da BP	Município	Ano de criação da BP
Porto Seguro	2002	Rodelas	197?
Potiraguá	197?	Ruy Barbosa	1985
Prado	1974	Salinas da	1989
Presidente Dutra	1992	Margarida	
Presidente Jânio	2001	Salvador	1811
Quadros		Santa Bárbara	1989
Presidente	1993	Santa Brígida	1989
Tancredo Neves		Santa Cruz	1990
Queimadas	1990	Cabrália	
Quijingue	198?	Santa Cruz da	1963
Quixabeira	1993	Vitória	
Rafael Jambeiro	1990	Santa Inês	198?
Remanso	197?	Santa Luzia	2001
Retirolândia	1973	Santa Maria da	1980
Riachão das	2008	Vitória	
Neves		Santa Rita de	200?
Riachão do	2002	Cássia	
Jacuípe		Santa Teresinha	199?
Riacho de	1966	Santaluz	1974
Santana		Santana	1990
Ribeira do	1999	Santanópolis	200?
Amparo		Santo Amaro	1899
Ribeira do	1961	Santo Antônio de	1977
Pombal		Jesus	
Ribeirão do	1997	Santo Estêvão	1985
Largo		São Desidério	1964
Rio de Contas	1972	São Domingos	1993
Rio do Antônio	1971	São Felipe	1989
Rio do Pires	2009	São Félix	1942
Rio Real	1994		

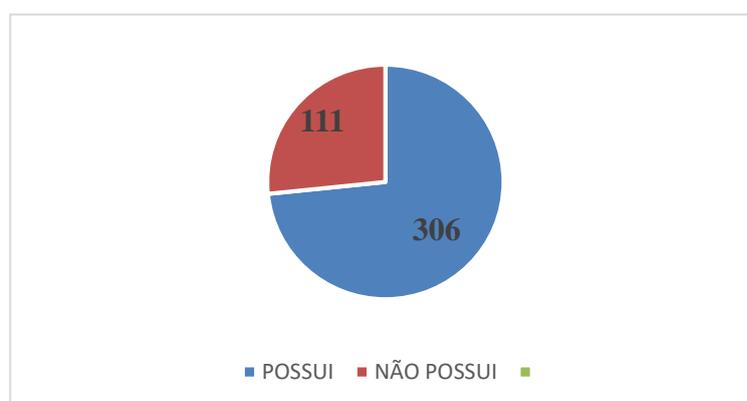
(Continua)		(Continua)	
Município	Ano de criação da BP	Município	Ano de criação da BP
São Félix do Coribe	1993	Simões Filho	1975
São Francisco do Conde	1959	Sítio do Mato	2006
São Gabriel	1989	Sítio do Quinto	2006
São Gonçalo dos Campos	1973	Sobradinho	1996
São José da Vitória	2009	Souto Soares	1985
São José do Jacuípe	2010	Tabocas do Brejo Velho	1989
São Miguel das Matas	198?	Tanhaçu	1989
São Sebastião do Passé	1941	Tanque Novo	2008
Sapeaçu	1993	Tanquinho	1941
Sátiro Dias	1992	Taperoá	2010
Saubara	2002	Tapiramutá	1977
Saúde	1996	Teixeira de Freitas	1987
Seabra	1997	Teodoro Sampaio	1971
Sebastião	1983	Teofilândia	2000
Laranjeiras		Teolândia	2010
Senhor do Bonfim	1989	Terra Nova	197?
Sento Sé	199?	Tremedal	2008
Serra do Ramalho	2009	Tucano	198?
Serra Dourada	1989	Uauá	200?
Serra Preta	1989	Ubaíra	1973
Serrinha	1985	Ubaitaba	200?
Serrolândia	1974	Ubatã	200?
		Uibaí	1989
		Umburanas	199?
		Una	1972
		Urandi	1974
		Uruçuca	1956
		Utinga	200?

(Continua)		(Conclusão)	
Município	Ano de criação da BP	Município	Ano de criação da BP
Valença	1942	Vereda	2006
Valente	1960	Vitória da	1956
Várzea da Roça	1998	Conquista	
Várzea do Poço	1972	Wagner	2012
Várzea Nova	200?	Wanderley	1989
Varzedo	2004	Wenceslau	2009
Vera Cruz	1989	Guimarães	
		Xique-Xique	1986

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

d) Resgatar a legislação que criou as bibliotecas públicas municipais baianas;
Foi resgatada a legislação que criou as bibliotecas públicas municipais baianas

Gráfico 5 – Quantitativo de BP que possuem Lei de criação



Fonte: Dados da pesquisa

Verificou-se que 73,38% das Bibliotecas Públicas dos municípios baianos foram criados por uma legislação própria. Algumas BP iniciaram seu funcionamento e somente depois de um tempo o poder público local oficializaram a sua existência. É de extrema importância que as BP façam parte da estrutura da Administração Pública, pois, desta forma é mais fácil destinar recursos para a sua manutenção e diminui a possibilidade de que as próximas gestões causem a sua extinção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos que buscam explorar a temática Biblioteca Pública são de extrema relevância para o fortalecimento da Biblioteconomia do país, lembrando que a BP possui o papel fundamental de democratizar o acesso ao mundo da leitura, integrando a sociedade e contribuindo para promover a inclusão social, atuando como arqueiras da cultura, valorizando a diversidade de anseios da população.

Embora, a primeira Biblioteca Pública brasileira tenha surgido ainda no período do Império, no século XIX, sabe-se que a história das BP espalhadas pelo país está carregada de boas iniciativas e, ao mesmo tempo, de muitas frustrações – como a frequente informação de bibliotecas desativadas ao término do mandato de um prefeito municipal. Neste estudo, foi possível perceber a necessidade de se desvendar os processos históricos de criação dessas BP no território nacional, em especial no estado da Bahia.

A pesquisa aqui apresentada, trouxe um cenário histórico a respeito da criação das BP instaladas na Bahia, resgatando um panorama que atravessa três séculos de história. O estudo dá relevo ao ano de criação das bibliotecas públicas municipais e explora as iniciativas individuais e as políticas públicas que contribuíram do poder público, no que diz respeito ao seu funcionamento. Buscou-se conhecer como foram criadas as BP dos municípios baianos, uma vez que o resgate histórico de questões que envolvem as bibliotecas contribui para caracterizar o modelo das bibliotecas que foram implantadas, ao longo dos anos.

Para isso, foram levantados dados de como foram criadas as BP baianas, levando em consideração o ano de criação e a legislação que autorizou o seu funcionamento. Também foram identificados os marcos regulatórios e/ou as políticas públicas existentes no Brasil voltadas para a criação de bibliotecas públicas municipais, onde foi possível perceber um aumento significativo de BP criadas durante a execução dessas políticas.

Também houve a constatação de que o Século XX, considerado por Barbier (2018, p.356) como o século de ouro na história global das Bibliotecas, é marcado por importantes movimentos que colaboraram para a mudança de mentalidade e, conseqüentemente da visão de cultura nacional, sendo as BP representantes deste lugar privilegiado de acesso à cultura e educação.

Por fim, conhecer como foram instaladas as bibliotecas públicas nos municípios baianos revelado neste estudo, sinaliza para posteriores investigações a serem desenvolvidas, no sentido de examinar o contexto político, econômico e social de cada uma das cidades pioneiras na fundação de suas BP, permitindo a elaboração de uma história da BP da Bahia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: EDUEL, 2003.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; FERREIRA, Frederico Antônio. A Pesquisa e a escrita da história das bibliotecas: uma proposta de abordagem metodológica a partir do caso da Bibliotheca Publica da Bahia (1811-1818). In: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (Org.). **Para que serve a biblioteca pública?**: novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 209-231.

BARBIER, F. **História das Bibliotecas**: de Alexandria às bibliotecas virtuais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

BRASIL. Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. **Cria o Instituto Nacional do Livro**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 fev. 1937, Seção 1, p.25586. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe>. Acesso em: 15 maio 2022.

LINS, Ivana Aparecida Borges. **Biblioteca pública, convergências e divergências**: Chile, Colômbia e Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MILANESI, Luiz. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

_____. **O que é biblioteca?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MIRANDA, Antônio. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília**, v.6, n.1, p. 69-75, jan./jun. 1978. Disponível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/art_missaabibli.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

NOVO, Hildenise Ferreira; RODRIGUES, Marina Brito. Competências em Informação no Contexto da Biblioteca Pública. In: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (Org.). **Para que serve a Biblioteca Pública?:** novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. P. 191-207.

ROCHA, E. S.; OLIVEIRA, D. A. As políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/19125>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

_____. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: Lisa, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOARES, Francisco Sérgio Mota et al. **A Biblioteca pública da Bahia: dois séculos de história**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011.

UNESCO. **Manifesto Da IFLA/UNESCO Sobre Bibliotecas Públicas 2022**.

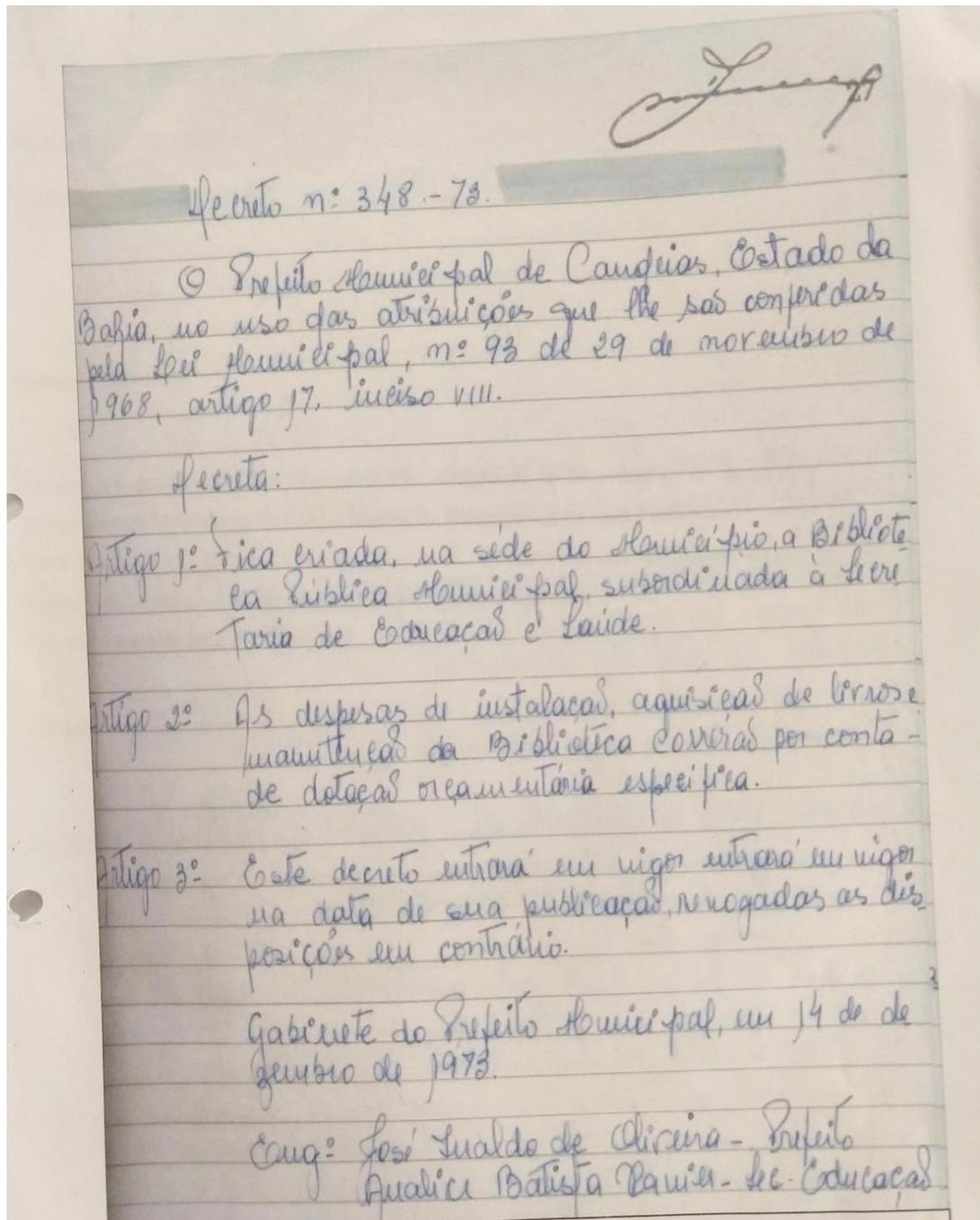
Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

ANEXOS

EXEMPLARES DE LEIS/ DECRETOS MUNICIPAIS QUE CRIARAM
BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO ESTADO DA BAHIA

DECRETO Nº 348/1973

CRIA A BIBLIOTECA PÚBLICA DE CANDEIAS



DECRETO Nº 11 DE 23 DE SETEMBRO DE 1941
 CRIA A BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ

Decreto - Lei nº 11

Cria a Biblioteca Pública Municipal Dr. Getúlio Vargas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de S. Sebastião, no uso das suas atribuições e observando o disposto no artigo 17, Letra A, do Decreto - Lei Federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939.

Considerando uma das mais altas finalidades para a vida cultural do Município, a criação de uma Biblioteca;

Considerando que a criação de mais uma Biblioteca no País, concorrerá para enriquecer a patrimonio Cultural do Brasil;

Considerando o art. 128 da Constituição de 10 de Novembro, que diz ser dever do Estado contribuir direta ou indiretamente para o desenvolvimento e estímulo de associações culturais, científicas e artísticas, criando ou favorecendo as referidas instituições;

Considerando o desenvolvimento cada vez mais crescente do Município que resente a falta de um Biblioteca Pública que venha ilustrar o espirito da juventude do Município;

Considerando o grande interesse que vem tomando o Presidente Vargas para o desenvolvimento da educação do povo brasileiro;

Considerando que a data do presente Decreto coincide com a do aniversario do nosso Presidente;

Decreta:

Art. 1º - É criada na sede deste Município, uma Biblioteca Pública, sob a denominação de Biblioteca Pública Municipal Dr. Getúlio Vargas.

Art. 2º - A Biblioteca reger-se-á por um regulamento elaborado pela Prefeitura.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeitura Municipal de S. Sebastião, 23 de setembro de 1941.

Assinaturas: Moisés Berqueira de Oliveira
Prefeito

Pedro dos Anjos Ribeiro
Secretario

LEI Nº 60 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1973
CRIA A BIBLIOTECA PÚBLICA DE BOA VISTA DO TUMPIM

Lei nº 60 de 13 de novembro de 1973

A Câmara Municipal de Boa Vista do Tumpim, Estado da Bahia, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Biblioteca Antônio Lobato desta cidade, instalada pela Prefeitura Municipal ora gestora passada, para fins de se tornar oficial juntamente aos órgãos de Educação e Cultura, Federal e Estadual, fica com a mesma denominação e subordinada à administração do Serviço de Educação.

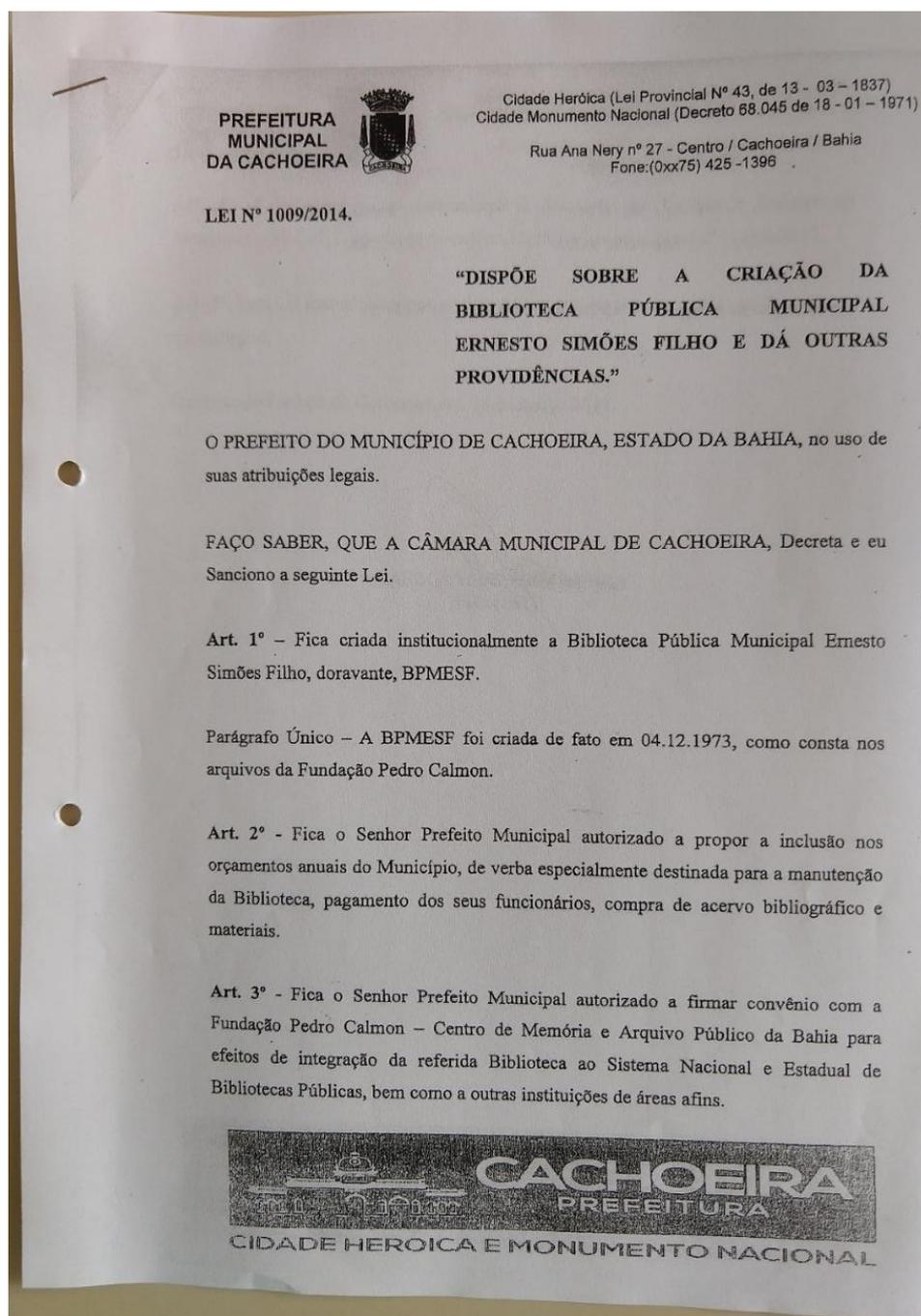
Art. 2º - Fica aberto no Orçamento vigente, o crédito especial de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), destinados a despesas de instalação da Biblioteca.

Art. 3º - Fica o Sr. Prefeito Municipal, autorizado a dispendir até Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros); para contratação de 2 (dois) funcionários para os serviços da referida Biblioteca.

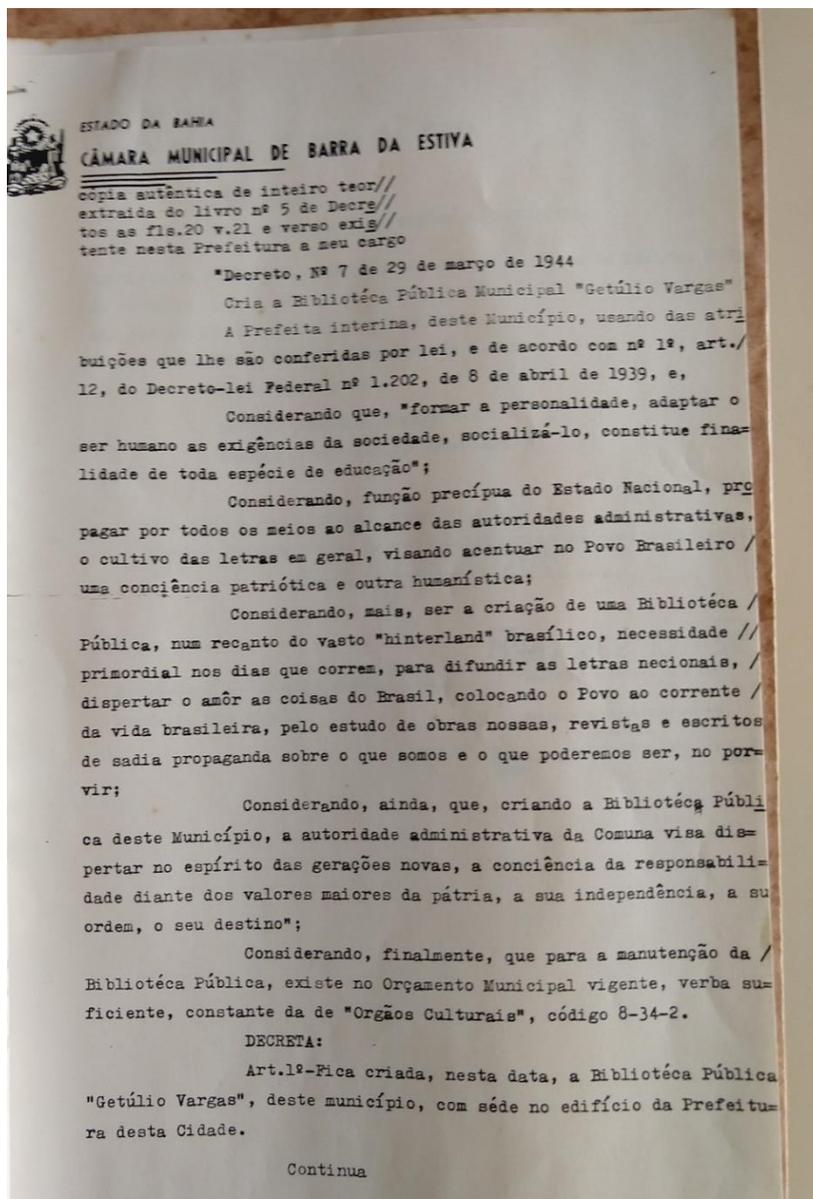
Art. 4º - Fica o Senhor Prefeito Municipal, autorizado a firmar convênio com o Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação e Cultura, para efeito de manutenção e assistência técnica, propondo a inclusão no próximo orçamento de uma dotação correspondente ao valor de 10 (dez) salários mínimos da região para aquisição de livros.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as

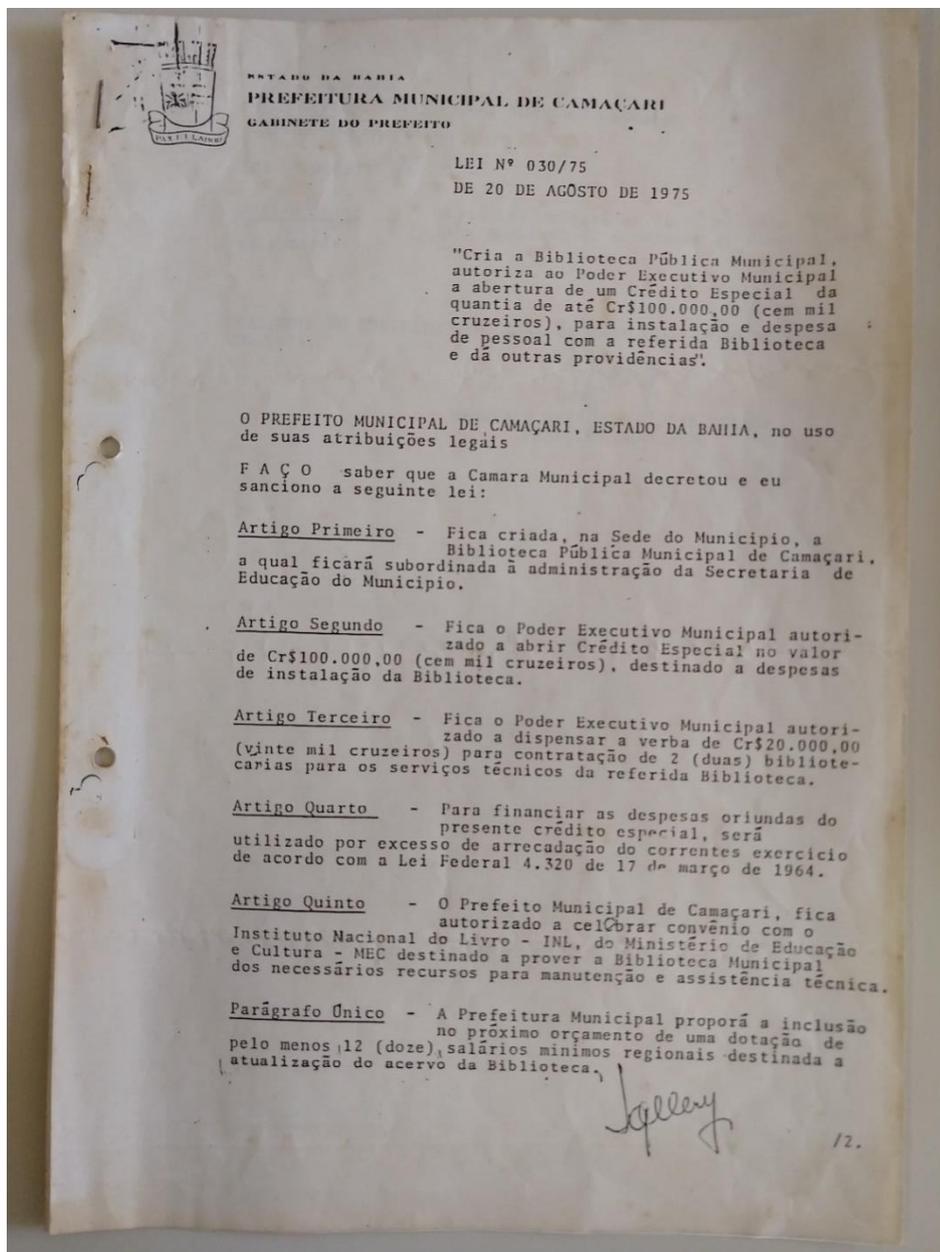
LEI Nº 1009/2014 INSTITUI A BIBLIOTECA PÚBLICA DE CACHOEIRA
NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º FAZ REFERENCIA À DATA 04/12/1973
COMO DATA DE CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA



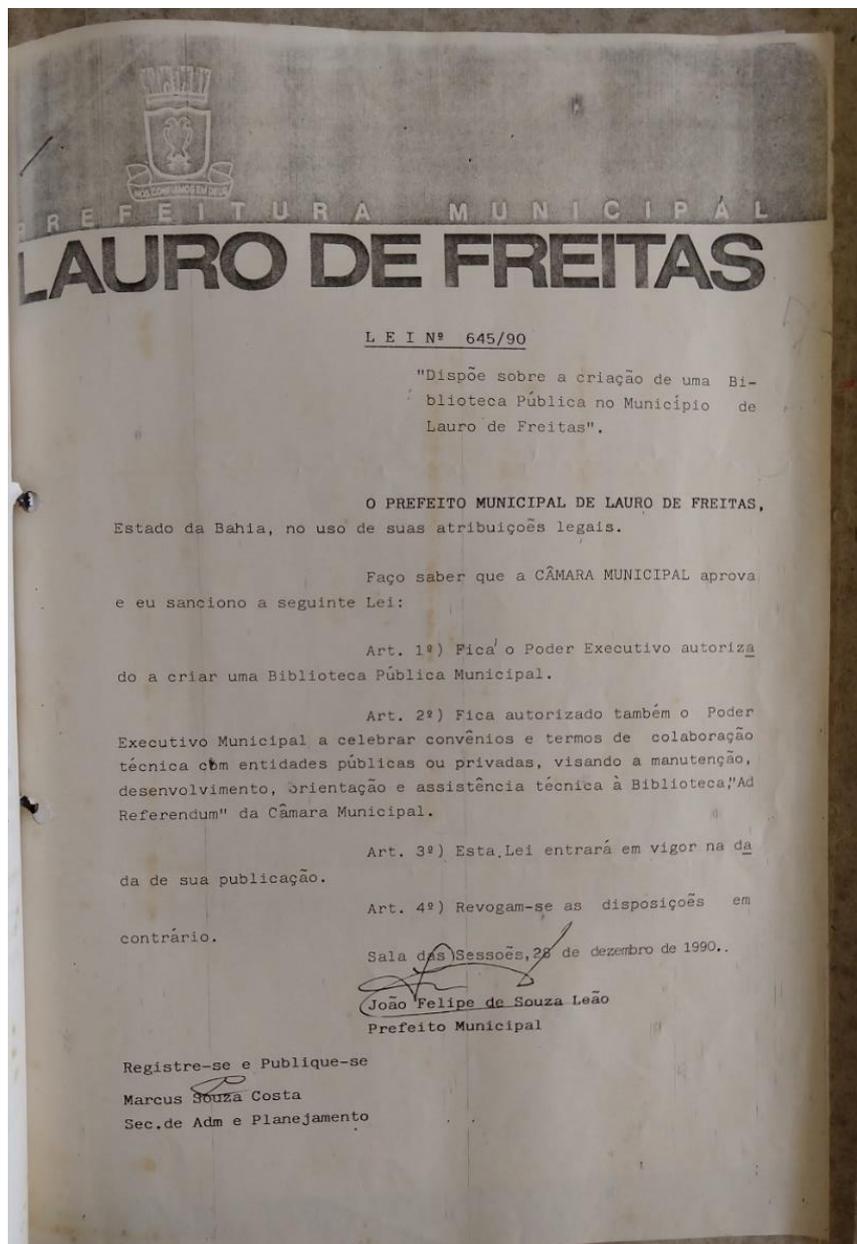
DECRETO Nº 7 DE 29 DE MARÇO DE 1944
 CRIA A BIBLIOTECA PÚBLICA DE BARRA DA ESTIVA



LEI Nº 030/1975 DE 20 DE AGOSTO DE 1975
 CRIA A BIBLIOTECA PÚBLICA DE CAMAÇARI



LEI Nº 645/90 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990
CRIA A BIBLIOTECA PÚBLICA DE LAURO DE FREITAS



LEI Nº 9, DE 29 DE JUNHO DE 1989
 CRIA A BIBLIOTECA PÚBLICA DE CARAVELAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAVELAS

C.G.C. 13.761.689/0001-19
 Rua Barão do Rio Branco, 65 - Tels. (073) 297-1064 - 297-1102
 CEP 45.990 - CARAVELAS - BAHIA

LEI Nº 9, de 29 de junho de 1989

Cria, Instala e dispõe sobre a Biblioteca Pública Municipal, na sede deste Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARAVELAS, Estado da Bahia, Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Cria, Instala e dispõe regulamentação a Biblioteca Pública Municipal, denominada "Professor Benedito Pereira Ralile", localizada na Rua Barão do Rio Branco nº 53.

Artigo 2º - Sua organização e catalogação do acervo terá assistência de técnicos especializados em "biblioteconomia", e na falta destes, poderá ser exercido por Bibliotecário, e/ou por profissionais com nível de 2º Grau, com treinamento específico.

Artigo 3º - A seleção e aquisição do acervo, poderá ser por compra, doação e/ou permutas.

Artigo 4º - O tombamento, classificação, catalogação e armazenamento do acervo, obedecerá instruções baixadas por ATO do Diretor responsável, de acordo previsto no Art. 2º acima, desta Lei.

Artigo 5º - Utilizar-se-á para exposição e armazenamento do acervo, estantes e arquivos de aço, para sua conservação.

Artigo 6º - Para divulgação do acervo, utilizar-se-á boletins bibliográficos, conferências, circulares, consultas e empréstimo sob controle de registro, em ficha específica.

Artigo 7º - A Biblioteca Pública Municipal, manterá com as demais, colaboração eficiente, necessária.

Artigo 8º - Constituirá seu quadro, inicialmente, por 3 (três) Servidores, sendo um Diretor e os demais auxiliares, lotados pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Artigo 9º - Os vencimentos serão atribuídos de acordo com o previsto na Lei nº 1 e 2, de 09 de janeiro de 1989.

Artigo 10 - Fica destinado como recurso financeiro para manutenção da Biblioteca Pública Municipal "Prof. Benedito Ralile", a importância mensal relativa a 0,5% (ZERO VÍRGULA CINCO POR CENTO) da arrecadação Municipal, considerando captação de auxílios advindos da área Federal e Estadual, concedidos pelos Órgãos competentes, como incentivo para o referido funcionamento.

Artigo 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em, 29 de junho de 1989

Luiz Carlos Sá Nogueira
 Prefeito

CERTIFICADO QUE FOI PUBLICADO

29/06/89

LEI Nº 776/1974, CRIA A BIBLIOTECA PÚBLICA DE JUAZEIRO

Lei nº 776/1974

"Cria a Biblioteca Aristóteles Jires de Carvalho."

O Prefeito Municipal de Juazeiro, Estado Federado da Bahia, faço saber que a Câmara Municipal de Juazeiro decreta e em parâmetro a seguinte lei:

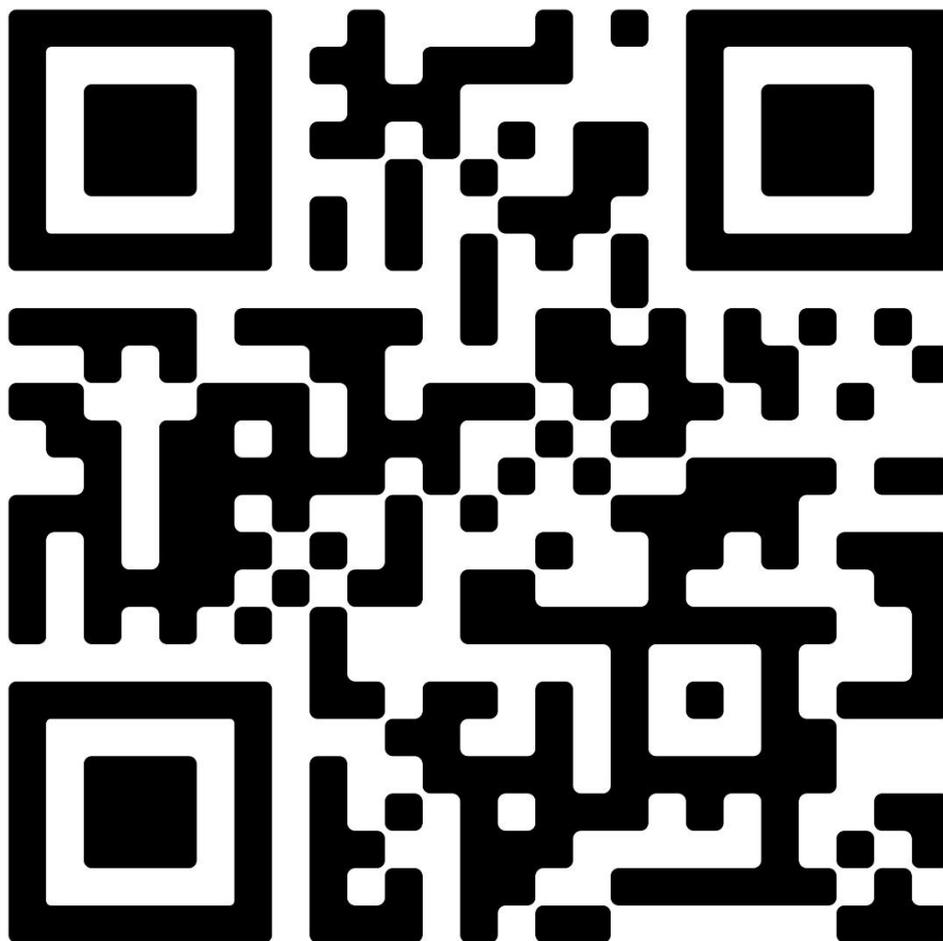
Artigo 1º - Fica criada, na sede do Município, a Biblioteca Municipal "Aristóteles Jires de Carvalho", subordinada à Administração da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Artigo 2º - Fica aberto o crédito especial de R\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) destinado a despesa de instalação e manutenção da biblioteca.

Artigo 3º - Fica o Prefeito autorizado a dispendar até R\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) com a contratação de pessoal para os serviços da referida biblioteca, no corrente e exercício.

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar o convênio com o Instituto Nacional de Educação e Cultura, para a prestação de manutenção e assistência técnica, sendo a inclusão no orçamento o valor de uma dotação com finalidade de pagar comissão de 10 (dez) salários mínimos da região, para a aquisição

ACESSO A LEIS DE CRIAÇÃO DE BP DE OUTROS MUNICÍPIOS



<https://drive.google.com/drive/folders/1dLneITJgUV1Ez2-MwCHbpYQtOj-0CtjJ?usp=sharing>